

# **Relatório de Gestão da Unidade Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

## **Exercício de 2006**

### **Programa Nacional de Florestas**

#### **1 - Objetivos e Metas**

1.1 - Identificação do programa governamental e/ou das ações administrativas do plano de ação do período de que trata as contas:

O Programa Nacional de Florestas (PNF) foi criado pelo Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000. É um programa interministerial (envolvendo dez Ministérios) de articulação das ações do governo brasileiro com relação aos recursos florestais, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e executado com o apoio da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas - CONAFLORE.

Seus recursos são provenientes do Tesouro Nacional e da cooperação técnica e financeira externa, que inclui a Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO e o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF).

As ações que compõem o programa são:

1. Apoio à Gestão dos Recursos Florestais
2. Recuperação de Ecossistemas e Áreas Degradadas
3. Assistência Técnica ao Pequeno Produtor Rural para a Produção Florestal Sustentável
4. Certificação Florestal de Produtos Extrativistas
5. Controle e Monitoramento das Atividades Florestais e Desmatamentos
6. Fomento a Projetos de Extensão Florestal
7. Manejo de Florestas Públicas
8. Gestão e Administração do Programa
9. Instalação de Centros de Capacitação em Manejo Florestal - Cenaflore
10. Modernização dos Sistemas de Licenciamento e Controle de Atividades Florestais
11. Monitoramento e Controle da Reposição Florestal Obrigatória
12. Pesquisa e Desenvolvimento Florestal

13. Publicidade de Utilidade Pública
14. Recomposição Florestal de Matas Ciliares
15. Implantação de Sistema Nacional de Informações Florestais
16. Capacitação em Atividades Florestais

1.2 - Descrição do programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários

O Programa Nacional de Florestas (PNF) tem como objetivo promover o manejo sustentável e o uso múltiplo de florestas nativas públicas e privadas e a expansão sustentável da base florestal plantada, estimulando o desenvolvimento das cadeias produtivas, gerando emprego e renda e conservando a integridade dos ecossistemas e suas funções ecológicas.

O público-alvo da ação são populações tradicionais e comunidades usuárias de recursos florestais, produtores rurais e empresários do setor florestal.

Segue descrição de cada uma de suas ações:

**Apoio à Gestão dos Recursos Florestais:** Desenvolvimento de parcerias com os governos estaduais e municipais, envolvendo os segmentos representativos do setor no campo da pesquisa, ensino e extensão florestal e ONG's, visando o desenvolvimento de instrumentos legais, normativos e de incentivos necessários à implementação do PNF.

**Recuperação de Ecossistemas e Áreas Degradadas:** Apoiar programas, projetos e atividades que visem a disponibilização de insumos e serviços necessários à recuperação de Área de Preservação Permanente - APPs e Reserva Legal.

**Assistência Técnica ao Pequeno Produtor Rural para a Produção Florestal Sustentável:** Oferta de assistência técnica, via Editais, em parceria com o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA e assistência técnica direta por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, nos assentamentos florestais, bem como o fornecimento aos técnicos de equipamentos necessários para os trabalhos de extensão florestal.

**Certificação Florestal de Produtos Extrativistas :** Ampliação da renda gerada no extrativismo por meio da oferta de produtos gerados a partir do manejo com garantia de sustentabilidade avalizada pela certificação. Estabelecer uma rede de comercialização desses produtos envolvendo canais via internet e escritórios de comercialização.

**Controle e Monitoramento das Atividades Florestais e Desmatamentos :** Realização do monitoramento e controle das atividades relacionadas à exploração florestal, envolvendo a emissão de autorizações de desmatamentos, aprovação e monitoramento de Planos de Manejo Florestal, controle do fluxo dos produtos florestais, controle do volume das madeiras contingenciadas, controle de exportações por meio da supervisão de rotinas portuárias e inspeções em unidades produtoras e consumidoras.

**Fomento a Projetos de Extensão Florestal:** Disponibilização de recursos para o desenvolvimento de projetos que visem a recuperação e conservação da base florestal, a capacitação de produtores e práticas ambientalmente adequadas e estímulo a oferta de produtos florestais, assistência técnica e implementação de sistemas agroflorestais.

**Manejo de Florestas Públicas:** Implementação de procedimentos técnicos e administrativos visando o uso sustentável dos recursos florestais, viabilizando áreas para produção de bens e serviços ambientais.

**Gestão e Administração do Programa:** Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que tem por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades de custeios necessárias à gestão e administração do programa.

**Instalação de Centros de Capacitação em Manejo Florestal – CENAFLOR:** O projeto visa edificar, reformar e equipar instalações nos biomas brasileiros para o funcionamento do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal - CENAFLOR.

**Modernização dos Sistemas de Licenciamento e Controle de Atividades Florestais:** Integração e fortalecimento de processos e sistemas de gestão da informação de forma compartilhada e integrada que permita ao IBAMA, ao MMA e aos órgãos estaduais de meio ambiente implementarem os mecanismos de gestão e informações ambientais compartilhando bases de dados, de forma que as ações planejadas e executadas, mantenham-se atualizadas na base de dados compartilhada, subsidiando as ações de governo no planejamento e execução as políticas de conservação ambiental e promovendo o fortalecimento e a integração das áreas de controle ambiental do IBAMA e dos órgãos estaduais de meio ambiente nas questões referentes à gestão ambiental, e principalmente de recursos florestais.

**Monitoramento e Controle da Reposição Florestal Obrigatória:** Desenvolvimento e implementação de estratégias que garantam a adequada aplicação da Reposição Florestal Obrigatória no âmbito dos projetos autorizados pelo IBAMA e coordenação e supervisão de sua aplicação no âmbito dos projetos autorizados pelos estados membros da federação. A ação se desenvolve pela aprovação e fiscalização da implantação de projetos de reflorestamento, pela autorização para a conversão de recolhimentos em aquisição de terras para regularização fundiária ou criação de unidades de conservação e pelo desenvolvimento de programas voltados à expansão da base florestal plantada e da manejada, com vistas a garantir o abastecimento do mercado.

**Pesquisa e Desenvolvimento Florestal:** Geração de conhecimentos, desenvolvimento e inovação de técnicas e tecnologias, proporcionando a implantação de sistemas de produção florestal sustentáveis, com ênfase no uso múltiplo das florestas naturais e plantadas, contribuindo para a valorização dos ecossistemas florestais, a partir da agregação de valor aos produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, racionalizando a exploração e processamento dos recursos florestais, aperfeiçoando as práticas de processamento associadas às indústrias de base florestal, gerando renda e promovendo a inclusão social.

**Publicidade de Utilidade Pública:** Divulgação de preceitos de higiene e saúde para erradicação de doenças que se propagam por via hídrica, assim como sobre o uso racional dos recursos hídricos.

**Recomposição Florestal de Matas Ciliares:** Plantio ou regeneração natural da vegetação protetora de nascentes e margens de cursos d'água.

**Implantação de Sistema Nacional de Informações Florestais:** Desenvolvimento e implantação de um Sistema de Informações Florestais, direcionado à geração, agregação e consolidação das informações coletadas pelos diferentes atores, com vistas à edição do Anuário Estatístico Florestal Brasileiro.

**Capacitação em Atividades Florestais:** Estruturação de uma rede nacional de treinamento e capacitação em manejo e plantio florestal, mediante a concepção da estrutura metodológica e suporte para a formação de instrutores, o aperfeiçoamento de técnicos em ATER e treinamento de pessoas envolvidas em projetos florestais.

Objetivo Setorial - Promover, com participação, inclusão social e repartição dos benefícios, a valorização, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados, dos recursos florestais, faunísticos, florísticos, pesqueiros e genéticos e dos ecossistemas, bem como a remuneração pelos serviços ambientais por eles prestados.

### **1.3 - Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade/ ou ação administrativa:**

Os indicadores para avaliar o desempenho do programa são:

- 1.- Área de Florestas Plantadas
- 2.- Área de Florestas Naturais Manejadas para a Produção Sustentável
- 3.- Área de Florestas Protegidas com Alto Valor para Conservação;
- 4.- Áreas Degradadas que foram Recuperadas.

**1.4 - Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária e/ou pactuadas com o supervisor ministerial para o período sob exame das contas:**

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Apoio à Gestão dos Recursos Florestais - (ESTADO APOIADO/UNIDADE)	2,00	1,0	2.290.000,00	231.999,43
Apoio à Recuperação de Ecossistemas e Áreas Degradadas- (AREA RECUPERADA/ha)	100,00	0,00	220.000,00	175.823,00
Assistência Técnica ao Pequeno Produtor Rural para a Produção Florestal Sustentável - (Agricultor assistido/UNIDADE)	20.000,00	10.140,00	7.075.496,00	5.777.212,92
Certificação Florestal de Produtos Extrativistas(produtos certificados)	1,00	0,00	193.500,00	193.500,00
Controle e Monitoramento das Atividades Florestais e Desmatamentos - (autorização concedida/UNIDADE)	1.200 ,00	1.225,00	1.800.000,00	1.581.337,00
Manejo de Florestas Públicas (hectares de área florestal manejada)	250.000,00	0,00	4.826.780,00	2.365.569,07
Instalação de Centros de Capacitação em Manejo Florestal - (centro instalado/UNIDADE)	1,00	1,00	97.500,00	0,00
Modernização dos Sistemas de Licenciamento e Controle de Atividades Florestais - (Sistema aperfeiçoado/% de execução física)	34,00	25,00	9.608.949,00	8.917.643,00
Monitoramento e Controle da Reposição Florestal Obrigatória- (Projetos fiscalizados)	200,00	200,00	1.025.000,00	724.385,00
Pesquisa e Desenvolvimento Florestal - (PESQUISA REALIZADA/UNIDADE)	24,00	24,00	1.240.000,00	1.188.915,00
Publicidade de Utilidade Pública			205.000,00	7.752,60
Recomposição Florestal de Matas Ciliares (Nascentes Recuperadas /unidade)	7.000,00	760,00	2.000.000,00	600.000,00
Implantação do Sistema Nacional de Informações Florestais - ( sistema implantado/porcentagem)	5,00	5,00	220.000,00	220.000,00
Capacitação em Atividades Florestais (Pessoas capacitadas)	540,00	634,00	1.631.604,00	1.602.20,98
Gestão e Administração do Programa	Sem produto/ meta		406.018,00	391.954,27
Gestão e Administração do Programa	Sem produto/ meta		440.000,00	389.755,00

## 2- Indicadores ou Parâmetros de Gestão

2.1 – Nome do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame nas contas:

<b>INDICADOR 1</b>	Área de Florestas Plantadas
<b>Unidade de Medida</b>	(ha)
<b>Índice de Referência</b>	280.000,000 (Data de Apuração: 31/12/2002)
<b>Previsão do Índice para 2004</b>	300.000,000
<b>Previsão do Índice para 2005</b>	400.000,000
<b>Previsão do Índice para 2006</b>	500.000,000
<b>Previsão do Índice para 2007</b>	550.000,000
<b>Previsão do Índice para 2008</b>	550.000,000
<b>Fonte</b>	SBS, Ibama, Bracelpa, AMS, Abimóvel, ABRAF, etc
<b>Periodicidade</b>	Anual
<b>Base Geográfica</b>	Nacional

<b>INDICADOR 2</b>	Área de Florestas Naturais Manejadas para a Produção Sustentável
<b>Unidade de Medida</b>	ha
<b>Índice de Referência</b>	350.000,000 (Data de Apuração: 31/12/2002)
<b>Previsão do Índice para 2004</b>	1.000.000,000
<b>Previsão do Índice para 2005</b>	3.000.000,000
<b>Previsão do Índice para 2006</b>	6.000.000,000
<b>Previsão do Índice para 2007</b>	15.000.000,000
<b>Previsão do Índice para 2008</b>	15.000.000,000
<b>Fonte</b>	Ibama
<b>Periodicidade</b>	Anual
<b>Base Geográfica</b>	Nacional

<b>INDICADOR 3</b>	Área de Florestas Protegidas com Alto Valor para Conservação
<b>Unidade de Medida</b>	ha
<b>Índice de Referência</b>	105.000,000 Data de Apuração: 31/12/2003
<b>Previsão do Índice para 2004</b>	200.000,000
<b>Previsão do Índice para 2005</b>	600.000,000
<b>Previsão do Índice para 2006</b>	1.200.000,000
<b>Previsão do Índice para 2007</b>	3.000.000,000
<b>Previsão do Índice para 2008</b>	3.000.000,000
<b>Fonte</b>	Ibama, FSC, Cerflor
<b>Periodicidade</b>	Anual
<b>Base Geográfica</b>	Nacional

<b>INDICADOR 4</b>	Áreas Degradadas que foram Recuperadas
<b>Unidade de Medida</b>	ha
<b>Índice de Referência</b>	5.000,000 (Data de Apuração: 31/12/2003)
<b>Previsão do Índice para 2004</b>	20.000,000
<b>Previsão do Índice para 2005</b>	40.000,000
<b>Previsão do Índice para 2006</b>	70.000,000
<b>Previsão do Índice para 2007</b>	70.000,000
<b>Previsão do Índice para 2008</b>	70.000,000
<b>Fonte</b>	FNMA, Propflora, Pronaf Florestal, SBS, Associações de Reposição, Ibama, OEMAs.
<b>Periodicidade</b>	Anual
<b>Base Geográfica</b>	Nacional

2.2- Descrição (o que pretende medir) e tipo de indicador (de Eficácia, de Eficiência ou de Efetividade)

ESSAS INFORMAÇÕES ESTARÃO DESCRITAS NO ITEM SEGUINTE.

2.3 - Fórmula de cálculo e método de medição

2.3.1 - Indicador 1 - Área de Florestas Plantadas

Fórmula de Cálculo - Refere-se à área de plantio em cada ano ao longo do PPA. É o somatório das áreas florestais plantadas em projetos empresariais e não empresariais.

2.3.2 - Indicador 2 - Área de Florestas Naturais Manejadas para a Produção Sustentável

Fórmula de Cálculo - Refere-se à área total sob manejo em cada ano ao longo do PPA. É igual à soma das áreas de projetos de manejo florestal madeireiro + soma de área de projetos de manejo não madeireiros, considerados aptos pelo Ibama.

2.3.3 - Indicador 3 - Área de Florestas Protegidas com Alto Valor para Conservação

Fórmula de Cálculo - Refere-se à área total protegida em projetos de manejo, em cada ano ao longo do PPA. É o somatório das áreas de reserva absoluta e de áreas de preservação permanente em projetos de manejo florestal. Para efeito deste planejamento consideramos 20%

da área manejada (indicador 2), mas os valores serão estimados (%) para os planos de manejo não certificados e para os projetos certificados utilizaremos dados reais.

#### 2.3.4 - Indicador 4 - Áreas Degradadas que foram Recuperadas

Fórmula de Cálculo - Refere-se à área degradada que foi recuperada em cada ano ao longo do PPA. É o somatório das áreas de projetos financiados para a recuperação de áreas degradadas + somatório das áreas recuperadas em projetos não financiados.

#### 2.4 - Responsável pelo Cálculo

Indicador 1 - Área de Florestas Plantadas

Responsável: Nelson Barboza Leite – Gerente de Projeto

Indicador 2 - Área de Florestas Naturais Manejadas para a Produção Sustentável

Responsável: Joberto Veloso de Freitas – Gerente de Projeto

Indicador 3 - Área de Florestas Protegidas com Alto Valor para Conservação

Responsável: Joberto Veloso de Freitas – Gerente de Projeto

Indicador 4 - Áreas Degradadas que foram Recuperadas

Responsável: Nelson Barboza Leite – Gerente de Projeto

### **3 - Análise Crítica de Resultado Alcançado**

3.1- Identificação do programa, projeto/atividade ou ação administrativa:

(ver item 3.4)

3.2 - Indicadores ou parâmetros utilizados na análise:

(ver item 3.4)

3.3 - Metas físicas e financeira realizadas (valor alcançado):(ver item 3.4)



3.4 - Avaliação do resultado, indicando as causas de sucesso ou insucesso:

### **Apoio à Gestão dos Recursos Florestais**

O limite orçamentário estabelecido para essa ação foi de R\$2.290.000,00, com a seguinte composição:

(i)Na Fonte 195 - recursos de doação do governo Japonês no valor de R\$2 milhões e internalizado no Orçamento da União, com a finalidade de apoiar a elaboração do projeto de empréstimo junto ao Banco Mundial, aprovado em Carta Consulta pela Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN, em maio de 2002. Esses recursos foram cancelados pelo Banco Mundial, alegando dificuldade em prorrogar a vigência da Carta Consulta vencida em maio de 2004, apesar de estar vigorando a Carta de Acordo assinada pelo Governo Federal e o Banco Mundial destinada a operacionalizar os recursos de doação.

(ii)Na Fonte 148 - R\$ 15.000,00 que não foram utilizados.

(iii)Na Fonte 142, que foi inviabilizada e, em seguida foi disponibilizada na Fonte 300 - R\$ 275.000,00. Com tais recursos foi empenhado o valor de R\$ 16.568,00 para pagamento de temporários, benefícios, auxílio-transporte e alimentação. Contratou-se serviços gráficos, no valor de R\$ 14.167,57 para elaboração de material de apoio e divulgação para o Serviço Florestal Brasileiro e o Programa Nacional de Florestas; e repassou-se R\$ 201.263,43 ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, para apoio ao Projeto BRA/00/021.

O projeto BRA/00/021 tem por objetivo a implementação dos dispositivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, bem como salvaguardar o patrimônio Biológico Brasileiro para as gerações futuras, por meio de ação específica.

Foi apoiado um estado, o Estado do Amazonas, por meio do convênio com a Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Governo do Amazonas – AFLORAM para apoio ao fortalecimento da assistência técnica Florestal no Estado do Amazonas, com recursos utilizados da ação de Assistência Técnica ao Pequeno Produtor Rural. No projeto, pretende-se intensificar as atividades de promoção ao manejo florestal e à retirada legalizada de madeira, principalmente nas áreas de Apuí e Humaitá, que compõe o chamado “Arco do desmatamento”. Será feito um programa de assistência técnica e capacitação florestal, além da aquisição de equipamentos que agregam valor à madeira no mercado, e instalação de um centro de treinamento em manejo florestal.

Meta física realizada: 01/estados apoiados

Meta Financeira realizada: R\$ 231.999,43

## **Recuperação de Ecossistemas e Áreas Degradadas**

Por meio dessa ação, apoiou-se o projeto BRA/00/021, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, que tem por objetivo a implementação dos dispositivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, bem como salvaguardar o patrimônio Biológico Brasileiro para as gerações futuras, por meio de ação específica. Além disso, parte dos recursos foram utilizados em diárias e passagens.

Houveram reuniões com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Ministério Público – MG, Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural -EMATER – MG e outras instituições para a elaboração de um termo de referência para a contratação de uma instituição que irá coordenar estudos e ações integradas, que permitam desenvolver e testar um Modelo Operacional de recuperação de áreas de degradadas na região do Alto São Francisco, em no mínimo 500 hectares, abrangendo pequenas, médias e grandes propriedades rurais, e, posterior aplicação em toda a Bacia.

A estratégia do programa tem sido focar a recuperação de áreas degradadas na Bacia do São Francisco como forma de desenvolver e estimular modelos aplicáveis em grande escala.

Meta física realizada : recuperação de 0 hectares

Meta Financeira realizada: R\$ 175.823,00

## **Assistência Técnica ao Pequeno Produtor Rural para a Produção Florestal Sustentável**

No orçamento de 2006, a dotação orçamentária foi de R\$ 7.075.496,00. Foi utilizado o valor de R\$ 5.777.212,92, com vistas às seguintes ações:

### **(i) Pronaf Mata Atlântica**

O Edital Mata Atlântica, iniciado no ano de 2003 e com previsão de término para o ano de 2006, tem por finalidade apoiar projetos orientados para a promoção da Assistência Técnica e Extensão Florestal aos agricultores familiares localizados em áreas prioritárias para conservação da biodiversidade no Bioma Mata Atlântica, visando conciliar a conservação dos recursos naturais com o incremento da renda familiar, por meio do plantio de florestas, sistemas agroflorestais e adequação ambiental das propriedades rurais.

Por meio desse Edital, foram realizados 10 convênios, que têm assistido 4.000 agricultores familiares nos Estados do Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

### **(ii) Pronaf Caatinga**

O Edital Caatinga, iniciado no ano de 2005, selecionou projetos que estão promovendo o desenvolvimento rural sustentável daquele bioma, por meio da formação de agentes multiplicadores de técnicas de manejo apropriadas a este bioma e da prestação de

Assessoria Técnica e Extensão Florestal a agricultores familiares na elaboração e acompanhamento de projetos de manejo sustentável de uso múltiplo, silvicultura, sistemas agroflorestais e adequação ambiental das propriedades rurais.

Há 11 convênios em andamento, que assistem 3.100 agricultores familiares em todos os Estados daquele bioma e 160 técnicos (nível médio) capacitados para a difusão da assistência.

(iii) Pronaf Cerrado

Iniciado no ano de 2004, o Edital Cerrado, selecionou projetos para promover o desenvolvimento rural sustentável ao bioma Cerrado, por meio da formação de agentes multiplicadores de técnicas de manejo apropriadas a este bioma e da prestação de Assessoria Técnica e Extensão Florestal a agricultores familiares na elaboração e acompanhamento de projetos de manejo sustentável de uso múltiplo, sistemas agroflorestais e adequação ambiental das propriedades rurais.

Possui 25 convênios em andamento, 2.200 agricultores familiares assistidos em todos os Estados do Cerrado e 320 técnicos capacitados para a difusão da assistência.

(iv) Edital para a Recuperação e Conservação de Nascentes e Áreas que margeiam corpos e cursos d'água

O Edital Nascentes tem por finalidade apoiar projetos orientados a recuperação e a conservação de nascentes e áreas que margeiam os corpos e os cursos d'água, com articulação institucional por bacia e sub-bacia hidrográfica, visando estruturar a participação da sociedade na conservação e no uso sustentável dos recursos hídricos. Foram selecionadas 67 instituições, e no ano de 2006, já foram firmados convênios com 32 delas.

Por meio desse Edital, foi iniciado o processo de recuperação e conservação de 760 nascentes, 330 ha de áreas ciliares, e estão sendo assistidos 840 produtores rurais em adequação ambiental das propriedades, além da população rural/urbana abastecida com água de melhor qualidade nas áreas de abrangência da proposta.

(v) O convênio com a Agência de Florestas e Negócios Sustentável do Amazonas – AFLORAM

Projeto de Apoio ao fortalecimento da assistência técnica florestal nesse Estado. No projeto, pretende-se intensificar as atividades de promoção ao manejo florestal e à retirada legalizada de madeira, principalmente nas áreas de Apuí e Humaitá, que compõe o chamado “Arco do desmatamento”. Será feito um programa de assistência técnica e capacitação florestal, além da aquisição de equipamentos que agregam valor à madeira no mercado, e instalação de um centro de treinamento em manejo florestal.

(vi) O projeto BRA/00/021

Projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, que tem por objetivo a implementação dos dispositivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, bem como objetivo salvaguardar o patrimônio Biológico Brasileiro para as gerações futuras, por

meio de ação específica.

Ressalta-se que a meta estipulada contemplava a execução do Edital Pronaf Florestal Amazônia que tem a previsão de assistir 4.000 agricultores ao longo de 4 anos, no entanto, o repasse de recursos do Programa Nacional de Florestal -PNF para o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA só ocorrerá no ano de 2007 para a formalização de 44 convênios. O atraso no repasse ocorreu porque as instituições ainda estão atendendo as condicionantes e recomendações propostas pela Câmara Técnica do Edital.

Meta física realizada: 10.140 agricultores assistidos

Meta Financeira realizada: R\$ 5.777.212,92

### **Certificação Florestal de Produtos Extrativistas**

Por meio dessa ação, o Projeto UTF BRA/062 de Consolidação dos Instrumentos Políticos do Programa Nacional de Florestas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO foi apoiado

Meta física realizada: 0 produtos certificados

Meta Financeira realizada: R\$ 193.500,00

### **Controle e Monitoramento das Atividades Florestais e Desmatamentos**

O resultado dessa ação foi atingido de forma satisfatória nos primeiros cinco meses com 1.225 autorizações concedidas devido à seqüência das atividades realizadas no âmbito do Plano de Combate ao desmatamento iniciadas no final do ano de 2005 com a contratação de Engenheiros Florestais. A grande maioria das autorizações foi emitida na área de abrangência das ações do Plano de Combate ao Desmatamento.

Meta física realizada: 1.225 autorizações concedidas

Meta Financeira realizada: R\$ 1.581.337,00

### **Manejo de Florestas Públicas**

Durante o ano de 2006, foi estruturado o Serviço Florestal Brasileiro, que tem como função a fiscalização do cumprimento dos contratos de concessão florestal, o fomento do desenvolvimento florestal sustentável no Brasil e de gerir o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

No dia 13 de fevereiro de 2006, foi publicado o Decreto que criou o primeiro Distrito Florestal Sustentável – DFS, o DFS da BR-163, um complexo geoeconômico e social estabelecido com a finalidade de definir territórios onde serão priorizadas a implementação de políticas públicas que estimulem o desenvolvimento integrado com atividades de base florestal. E para esse DFS, foi elaborado um Plano de Ação, para os anos de 2006 e 2007, com a finalidade de implementar uma política de estímulo à produção florestal Sustentável, que está estruturado em três eixos: Fomento e Produção Sustentável, Infraestrutura e Ordenamento, e Regularização Fundiária. Apoiou-se, também, as consultas públicas sobre a Área sob Limitação Administrativa da BR-319 – AM, visando a criação de mais um Distrito Florestal Sustentável.

Visando ampliar o uso sustentável dos recursos florestais consolidando a base de florestas manejadas em áreas públicas e privadas, por meio do Projeto UTF/BRA 062, financiou-se a realização do inventário florestal da Floresta Nacional de Irati, onde foi analisado informações sobre as florestas plantadas e naturais existentes na Unidade de Conservação.

Em relação a meta física, ainda não houve manejo florestal efetivo, pois primeiro é necessário a realização do levantamento sócio-econômico, do inventário florestal, dos mapas de zoneamento das Florestas Nacionais - FLONAS, e a criação dos conselhos consultivos, para dar subsídios a elaboração dos seus respectivos planos de manejo. Ressalta-se que essas atividades representam avanço para que o manejo em áreas públicas aconteça.

Assim que aprovados pelo IBAMA, os planos de manejos serão colocados em prática por meio das Concessões Florestais, atividade regulamentada por meio da Lei nº 11.284 de Gestão de Florestas Públicas, de 02 de março de 2006. Estima-se que após essas concessões obtenha-se uma área de 1.000.000,00 de hectares de área manejada (FLONAS com Plano de Manejo em adamento).

As atividades de levantamento das informações para elaboração dos planos de manejo têm sido realizadas por meio do Projeto do Acordo MMA/ITTO (Organização Internacional de Madeiras Tropicais) de “Produção Sustentável em Florestas Nacionais sob o Regime de Concessões Florestais” nas FLONAS de Itaituba I e II, Altamira e Caxiuanã. Esse projeto prevê também a elaboração dos planos de manejo e as regras e procedimentos para as concessões.

No projeto do ITTO, que contou com o montante de recursos de doação, fonte 0195, no valor de R\$ 1.700.000,00, no ano de 2006, foram realizadas expedições de reconhecimento das Florestas Nacionais de Itaituba I e II e Altamira e de sensibilização da população local. Além disso, contratou-se um consultor na área sócio ambiental para contribuir com o objetivo de aumentar a produção de madeira oriunda de manejos sustentável de florestas nativas da Amazônia Legal Brasileira e, especificamente, elaborar planos de manejo e as regras e procedimentos para o início do regime de concessão para a produção sustentável de madeira das Florestas Nacionais de Altamira, Itaituba e Caxiuanã; e outro na área de Cartografia para realizar o mapeamento temático das Florestas Nacionais.

Ressalta-se que é uma das metas do convênio firmado com a Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Governo do Amazonas – AFLORAM, de apoio ao fortalecimento da assistência técnica Florestal no Estado do Amazonas, o desenvolvimento de 100 planos de manejo em pequena escala nas áreas de Apuí e Humaitá, que compõem o chamado “Arco do Desmatamento”.

Além disso, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, foi implementado o projeto de Monitoramento por dados de Satélites da Exploração Florestal na Amazônia, com o objetivo de definir e implementar um método operacional para o mapeamento de áreas sob exploração seletiva de madeira na Amazônia Legal e investigar a possibilidade de se desenvolver indicadores da intensidade de exploração a partir de dados de sensoriamento remoto.

Apoiou-se a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, para implementar medidas nacionais e internacionais com o propósito de promover a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável dos seus componentes e a repartição equitativa dos benefícios resultantes do uso de recursos genéticos; e parte para atender despesas administrativas como passagens, diárias, material de consumo e serviços de terceiros.

Foi descentralizado parte dos recursos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA para atendimento do Edital para a Recuperação e Conservação de Nascentes e Áreas que margeiam corpos e cursos d'água em projetos no Estado da Paraíba e Bahia; e à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, para atender o Projeto UTF BRA/062 de Consolidação dos Instrumentos Políticos do Programa Nacional de Florestas. Além disso, foi elaborado material de apoio e divulgação para o Serviço Florestal Brasileiro e o Programa Nacional de Florestas.

Meta física realizada: 0 hectares de área florestal manejada

Meta Financeira realizada: R\$ 2.365.569,07

### **Instalação de Centros de Capacitação em Manejo Florestal – Cenaflo**

A obra iniciada em 2005 do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal CENAFLO, localizada na sede do IBAMA em Brasília, foi inaugurada no dia 18 de dezembro de 2006.

O limite orçamentário para essa ação, no ano de 2006, foi de apenas R\$ 97.500,00 estava previsto para ser utilizado após a finalização da obra, para equipar o Centro para funcionamento. No entanto, a obra foi encerrada somente no final do ano de 2006.

Por meio do CENAFLO, apoiou-se a realização de duas oficinas para treinamento de técnicos no INCRA em Manejo de Florestas em Assentamentos de Rio Branco e Santarém.

É uma das metas do convênio firmado com a Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Governo do Amazonas – AFLORAM, de apoio ao fortalecimento da assistência técnica Florestal no Estado do Amazonas, a instalação de um centro de treinamento em manejo.

Meta física realizada: 1 centros instalado

Meta Financeira realizada: R\$ 0,00

## **Modernização dos Sistemas de Licenciamento e Controle de Atividades Florestais**

O principal avanço foi a extinção da Autorização de Transporte de Produtos Florestais - ATPF. O IBAMA desenvolveu e implantou, em setembro de 2006, o Documento de Origem Florestal - DOF muito mais eficiente, transparente e eletrônico. O DOF está influenciando os Estados a modernizarem seus sistemas. Além disso, possibilitou a edição da Resolução CONAMA 379/06, a partir de demanda do IBAMA. Houve atrasos no desenvolvimento do SISPROF-Web que continua sendo desenvolvido e será uma adaptação do atual sistema para ser operado diretamente via internet pelo próprio usuário. Foi implantado o preenchimento do Ato Declaratório Ambiental - ADA, via WEB.

As atividades previstas no âmbito do Plano de Combate ao Desmatamento, no ano de 2006, apesar dos recursos financeiros terem sido escassos e disponibilizados de forma fragmentada, alcançaram resultados satisfatórios.

Meta física realizada: 25% de execução do aperfeiçoamento do sistema

Meta Financeira realizada: R\$ 8.917.643,00

## **Monitoramento e Controle da Reposição Florestal Obrigatória**

A operação de vistoria realizadas no âmbito do Plano Desmate, iniciada em 2005, com a contratação de Engenheiros Florestais, encerrou-se no mês de maio de 2006, alcançando um resultado satisfatório nos primeiros cinco meses. A grande maioria dos projetos fiscalizados foi na área de abrangência das ações do Plano de Combate ao Desmatamento.

A atividade de vistoria está sendo repassada aos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente conforme Lei 11.284/2006, sendo que o IBAMA realizará a vistoria dos projetos de forma complementar. O IBAMA elaborou e publicou o Manual de Vistoria de Campo para Planos de Manejo Florestal Madeireiro na Amazônia. Foram editadas novas normas para manejo florestal na Amazônia (IN 04/05-2006-MMA) e para a reposição florestal (IN 07/06-MMA), bem como, para o controle da atividade madeireira.

Meta física realizada: 200 projetos fiscalizados

Meta Financeira realizada: R\$ 724.385,00

## **Pesquisa e Desenvolvimento Florestal**

Os projetos empreendidos pelo Laboratório de Produtos Florestais - LPF são de execução continuada, com cronograma de execução física e financeira ao longo de todo exercício, ou seja, não há previsão de conclusão de projetos no primeiro, segundo e terceiro trimestres, mas sim a execução parcial, em níveis variados, de todos os projetos de forma gradual durante todo o ano.

No ano de 2006, o Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal - CENAFLOOR participou da capacitação dos técnicos da Câmara Técnica Temporária para análise das propostas de projetos apresentados ao atendimento do Edital FNMA 01/06, em parceria com o INCRA, 02 cursos de sensibilização de técnicos e gestores do INCRA na Amazônia, em atividades florestais com ênfase em Manejo Florestal. Foi elaborado o Plano de Ação 2006 – 2007 do CENAFLOOR, o qual está em fase de execução, e realizadas 02 reuniões ordinárias do Conselho Consultivo do CENAFLOOR (junho e dezembro).

O CENAFLOOR participou de visita de intercâmbio no âmbito do Projeto SILMANET, com o objetivo de identificar oportunidades de estabelecimento de Cooperação Técnica Internacional na área de capacitação e treinamento em Manejo Florestal, no estado do Pará e na Guiana Francesa; e da reunião do GT Monitoramento de Florestas Manejadas na Amazônia, efetivando-se assim a representação do IBAMA e organizando a participação do CENAFLOOR na REDEFLOOR – Rede de Dinâmica de Florestas Manejadas da Amazônia em fase de construção no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. Esta atividade está ligada aos objetivos do Centro em promover pesquisa aplicada.

O CENAFLOOR está construindo com entidades que realizam atividades de capacitação em manejo florestal a estrutura e regimento de uma rede de treinamento em manejo florestal, com apoio de especialista (consultor).

Dentre as atividades realizadas, houve apoio técnico as ações do Componente 2 – ProManejo/IBAMA/PPG7 com vistas a institucionalização das ações e resultados; capacitação de 3 instrutores em identificação botânica realizada em parceria com a Instituto Floresta Tropical - IFT e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA, 2 propostas de projetos (captação de recursos) elaborados : (i) Projeto de Qualificação de Recursos Humanos para Gerenciamento e Execução de Planos de Manejo Florestal – Programa Amazônia e (ii) Proposta de - Plano Setorial de Qualificação - PLANSEQ Florestal para o Distrito Florestal Sustentável BR 163; e elaboração de minuta para criação de Rede de Treinamento em Manejo Florestal e respectivo regimento interno.

Meta física realizada: 24 pesquisas realizadas

Meta Financeira realizada: R\$ 1.188.915,00

### **Publicidade de Utilidade Pública**

Houve a produção de folders para divulgação do Plano de Ação do Distrito Florestal Sustentável, e folders para divulgação do Programa Nacional de Florestas na III Feira Internacional da Amazônia – FIAM2006.

A FIAM2006 realizou a exposição de produtos e serviços gerados pelas empresas, instituições, organizações governamentais e privadas que operam na Região Amazônica. Paralelamente, foram realizados outros eventos: atividades culturais, rodadas de negócios, rodadas de projetos, seminários, conferências, visitas técnicas e lançamentos de produtos.

Meta Financeira realizada : R\$ 7.752,60



## **Recomposição Florestal de Matas Ciliares**

Nessa ação apoiou-se (i) o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos para implementação do projeto de preservação e conservação da Mata Atlântica no Estado do Espírito Santo, por meio da estratégia de formação de corredores ecológicos; (ii) a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Bahia para apoio do projeto corredores ecológicos dessa secretaria; (iii) o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica para implementação das atividades inerentes a 2ª fase do projeto corredores ecológicos, componente do corredor central da Mata Atlântica do Estado do Espírito Santo através de ações de apoio a formação de corredores ecológicos interstício; (iv) a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, para atender o Projeto UTF BRA/062 de Consolidação dos Instrumentos Políticos do Programa Nacional de Florestas.

Ressalta-se que foi iniciado os convênios previstos por meio do Edital para a Recuperação e Conservação de Nascentes e Áreas que margeiam corpos e cursos d'água, e que, por meio desse, foi iniciado o processo de recuperação e conservação de 1700 nascentes e respectivas matas ciliares recuperadas.

Meta física realizada: 1700 nascentes recuperadas

Meta Financeira realizada: R\$600.000,00

## **Implantação do Sistema Nacional de Informações Florestais**

Por meio dessa ação apoiou-se o Projeto UTF BRA/062 de Consolidação dos Instrumentos Políticos do Programa Nacional de Florestas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO.

No ano de 2006, por meio desse projeto, foi elaborado o projeto do Inventário Florestal Nacional – IFN, que tem por objetivo gerar informações sobre os recursos florestais naturais e plantados, em escala nacional, para fundamentar a formulação, implementação e execução de políticas públicas de desenvolvimento, uso e conservação, bem como a gestão desses recursos, através de informações suficientes, confiáveis e periodicamente atualizadas.

Foi realizado em dezembro de 2006, o Seminário sobre esse projeto, com o objetivo de apresentar e divulgar o projeto; colher e consolidar as sugestões para melhorar a eficácia e eficiência do projeto; e promover a participação de técnicos, especialistas e de instituições na discussão do projeto e envolver esses atores na execução do projeto. Vale ressaltar que o IFN será o principal componente do Sistema Nacional de Informações Florestais.

Meta física realizada: 5% do sistema implantado

Meta Financeira realizada: R\$ 220.000,00

## **Capacitação em Atividades Florestais**

Foram realizados dois eventos de capacitação de técnicos da Bacia do Rio São Francisco para a elaboração de projetos de Recuperação da Cobertura Vegetal Arbórea. Os treinamentos foram efetuados por técnicos do Programa Nacional de Florestas – PNF, Fundo Nacional do Meio Ambiente, Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), EMBRAPA Milho e Sorgo, com a colaboração do setor privado (Associação Mineira de Silvicultura – AMS) e Ministério Público - MG. Participaram dos eventos 140 pessoas.

Em parceria com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. -OTCA, Agência Brasileira de Cooperação-ABC/MRE e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais -INPE, foi realizado também o Seminário Panamazonia II: “Capacitando especialistas para monitorar a cobertura vegetal da Amazônia Sul-americana.”, com o objetivo de transferir métodos e ferramentas para o monitoramento da floresta e da hidrologia do domínio panamazônico, e cursos de Exploração de Impacto Reduzido, em parceria com o Instituto Floresta Tropical (IFT/Belem). Participaram dos eventos cerca de 40 técnicos de países da Bacia.

Por meio dos editais Caatinga e Cerrado, foram capacitados 480 técnicos para difusão de assistência técnica a pequenos agricultores rurais.

É uma das metas do convênio firmado com a Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Governo do Amazonas – AFLORAM, de apoio ao fortalecimento da assistência técnica Florestal no Estado do Amazonas, a coordenação de uma agenda de treinamentos em manejo florestal de pequena escala naquele Estado.

Atendeu-se ao convênio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no âmbito do Projeto Corredores Ecológicos, para Implementação do Corredor Central da Amazônia no âmbito do Estado do Amazonas, por meio da capacitação em atividades relacionadas ao uso sustentável dos recursos florestais.

Parte dos recursos foi descentralizada ao FNMA para atendimento dos projetos do Edital Cerrado nos estados da Bahia, Pernambuco, Amazonas e Mato Grosso do Sul.

Além disso, pastas, folders, blocos de notas, etiquetas e crachás foram confeccionados para o PNF, com intuito de auxiliar as reuniões da Comissão Nacional de Florestas – CONAFLO. E apoiou-se o projeto BRA/00/021 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, que tem por objetivo a implementação dos dispositivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, bem como salvaguardar o patrimônio Biológico Brasileiro para as gerações futuras, por meio de ação específica.

Meta física realizada: 634 pessoas capacitadas

Meta Financeira realizada: R\$ 1.602.210,98

#### **4- Medidas Adotadas para Sanear Disfunções Detectadas**

#### **4- Medidas Adotadas para Sanear Disfunções Detectadas**

4.1 - Identificação do programa, projeto/atividade ou ação administrativa:

As ações que não alcançaram as metas estabelecidas para o ano de 2006 foram:

4.1.1 Apoio à Gestão dos Recursos Florestais;

4.1.2 Recuperação de Ecossistemas e Áreas degradadas;

4.1.3 Assistência Técnica ao Pequeno Produtor Rural para a Produção Florestal Sustentável;

4.1.4 Certificação Florestal de Produtos Extrativistas;

4.1.5 Manejo de Florestas Públicas;

4.1.6 Modernização dos Sistemas de Licenciamento e Controle de Atividades Florestais

4.1.7 Recomposição Florestal de Matas Ciliares

4.2 - Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados:

4.2.1 Apoio à Gestão dos Recursos Florestais;

Com apenas um Estado foi feita parceria direta nas áreas de pesquisa, ensino e extensão florestal, visando o desenvolvimento de instrumentos legais, normativos e de incentivos necessários à implementação do PNF. O estado beneficiado foi o Amazonas com o convênio entre o Ministério do Meio Ambiente e a AFLORAM.

No entanto, por meio dos convênios firmado em decorrência dos Editais Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e Nascentes, e outros projetos, diversos outros estados puderam ser beneficiados nas áreas mencionadas de forma indireta.

4.2.2 Recuperação de Ecossistemas e Áreas degradadas;

A meta estabelecida é ambiciosa e requer recursos anuais da ordem de R\$150 milhões ao custo de R\$3 mil por hectare recuperado. Um passo importante foi o lançamento do Edital de recuperação e conservação de nascentes e de margens dos cursos d'água. Um terço dos recursos a serem alocados, será destinado para a seleção de projetos no Vale do Rio São Francisco no âmbito do Programa de Revitalização daquela Bacia Hidrográfica.

Todavia, há necessidade de implantação da Rede Nacional de Sementes e de Mudanças; efetivação de recursos para o Edital de Recuperação e Proteção de Nascentes e Áreas que margeiam os Corpos D'água; apoio efetivo à assistência técnica ao produtor rural e à formação de técnicos, mediante parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Agrário na concretização dos assentamentos florestais.

#### 4.2.3 Assistência Técnica ao Pequeno Produtor Rural para a Produção Florestal Sustentável;

O PNF em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Fundo Nacional do Meio Ambiente, vem promovendo a assistência técnica florestal a produtores rurais da região do Semi-Árido Nordeste (Caatinga), Cerrado e Mata Atlântica, com manejo e plantio florestal e agro silvicultura, apoiando diretamente mais de 9 mil produtores rurais.

Em fevereiro de 2006, foi lançado o Edital para atender a região Amazônica, com o objetivo de selecionar projetos que promovam o desenvolvimento rural sustentável; prestem assistência técnica e extensão rural em atividades florestais a agricultores familiares e trabalhadores rurais, atendendo cerca de 4 mil famílias. Ressalta-se que a meta estipulada contemplava a execução desse edital, no entanto, o repasse de recursos do Programa Nacional de Florestal -PNF para o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA só ocorrerá no ano de 2007 para a formalização de 44 convênios. O atraso no repasse ocorreu porque as instituições ainda estão atendendo as condicionantes e recomendações propostas pela Câmara Técnica do Edital.

#### 4.2.4 Certificação Florestal de Produtos Extrativistas;

Não houve a certificação de um produto, conforme a meta prevista, no entanto, foram tomadas medidas para que essa ocorresse, conforme item 4.3.4.

#### 4.2.5 Manejo de Florestas Públicas;

Em relação a meta física, ainda não houve manejo florestal efetivo, pois primeiro é necessário a realização do levantamento sócio-econômico, do inventário florestal, dos mapas de zoneamento das Florestas Nacionais - FLONAS, e a criação dos conselhos consultivos, para dar subsídios a elaboração dos seus respectivos planos de manejo. Ressalta-se que essas atividades representam avanço para que o manejo em áreas públicas aconteça.

Assim que aprovados pelo IBAMA, os planos de manejos serão colocados em prática por meio das Concessões Florestais, atividade regulamentada por meio da Lei nº 11.284 de Gestão de Florestas Públicas, de 02 de março de 2006. Estima-se que após essas concessões obtenha-se uma área de 1.000.000,00 de hectares de área manejada (FLONAS com Plano de Manejo em andamento).

O principal gargalo ao alcance desta meta foi a ausência de regulamentação da para gestão de florestas públicas que perfazem 75% das florestas da Amazônia onde se concentra mais de 90% da produção de florestas naturais no Brasil.

#### 4.2.6 Modernização dos Sistemas de Licenciamento e Controle de Atividades Florestais

Houve atrasos no desenvolvimento do SISPROF-Web que continua sendo desenvolvido e será uma adaptação do atual sistema para ser operado diretamente via internet pelo próprio usuário. Foi implantado o preenchimento do Ato Declaratório Ambiental - ADA, via WEB.

#### 4.2.7 Recomposição Florestal de Matas Ciliares

A meta estabelecida contava com o andamento dos 42 convênios previstos pelo Edital para a Recuperação e Conservação de Nascentes e Áreas que margeiam corpos e cursos d'água, que conta com a parceria do PNF, Secretaria de Recursos Hídricos e Ministério da Integração.

No entanto, foram celebrados apenas 13 convênios, em decorrência dos recursos passados pelo PNF; e por meio desses, já foram recuperadas 1.700 nascentes. Se os 42 convênios estivessem em andamento, atualmente se teria as 7.000 nascentes recuperadas.

#### 4.3 - Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:

##### 4.3.1 Apoio à Gestão dos Recursos Florestais;

Por meio dos convênios firmado em decorrência dos Editais Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e Nascentes, e outros projetos desenvolvidos no PNF, diversos outros estados puderam ser beneficiados, de forma indireta, nas áreas de pesquisa, ensino e extensão florestal, visando o desenvolvimento de instrumentos legais, normativos e de incentivos necessários à implementação do PNF.

##### 4.3.2 Recuperação de Ecossistemas e Áreas degradadas;

Iniciou-se discussão com o Tesouro Nacional em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para a criação do Pronaf Florestal Diferenciado, proposto pela CONCRAB/MST – que prevê o abatimento da dívida em 35% ao produtor rural que comprovar a recuperação em nível da propriedade da Área de Preservação Permanente e Reserva Legal;

Não menos importante é a proposta de criação de instrumentos econômicos, relacionados com os serviços ambientais prestados pelas florestas, de modo a viabilizar a conformação de um “Fundo Específico” para a recomposição de áreas degradadas, incluindo a viabilização do Fundo de Serviços Ambientais do Programa Pró-Ambiente;

Outro fato que merece registro refere-se à proposta do Ministério da Fazenda em conjunto com o Ministério da Agricultura, Produção e Abastecimento de regulamentação de mecanismos de Reserva Legal (Art.44 – Inciso III e Art. 44C da Lei nº 4.771/67 – Código

Florestal), mediante a negociação no mercado de Títulos sobre áreas de “Servidão” para a compensação da Reserva Legal em nível de propriedade rural.

A nova regulamentação da reposição florestal que promove a cobrança da reposição florestal de quem desmata deve dar novo impulso as ações de recuperação de áreas degradadas.

#### 4.3.3 Assistência Técnica ao Pequeno Produtor Rural para a Produção Florestal Sustentável;

As instituições ainda estão atendendo as condicionantes e recomendações propostas pela Câmara Técnica do Edital Amazônia. Assim que essa fase se encerrar, poderá ser feito o repasse do PNF ao FNMA para início da execução dos projetos.

#### 4.3.4 Certificação Florestal de Produtos Extrativistas;

A principal fronteira a ser trabalhada com plantios florestais é a região do Pólo Carajás que tem um déficit anual de plantio da ordem de 100 mil hectares. A falta de plantio causou enorme pressão de desmatamento da região com consumo de mais de 10 milhões de m<sup>3</sup> de madeira nativa ilegal só em 2005. São apenas 14 indústrias guseiras que consomem mais do que metade das 3000 serrarias de toda a Amazônia.

Nesta região está sendo planejada a implementação até o início de 2007 do Distrito Florestal do Carajás. O MMA está discutindo com MDIC, BNDES, IBAMA e PNF a definição de um modelo de Distrito que possa substituir a produção do carvão de origem ilegal pelo carvão de origem sustentável, isto é mediante plantio florestal.

Também é fundamental a assinatura do TAC – Termo de Ajustamento de Conduta pelas Empresas de produção de Ferro Gusa, visando o cumprimento da Reposição Florestal mediante o plantio florestal programado e o compromisso de consumo de carvão de origem legal. O TAC esta em análise pelo Ministério Público.

O aumento da atividade de plantio florestal está relacionado com o volume de recursos de crédito acessado por pequenos produtores rurais no Pronaf/Florestal. Na safra de 2005/2006, o valor acessado foi da ordem de R\$ 13,17 milhões contra R\$ 8,23 milhões da safra anterior.

No Propflora – Programa de Fomento Florestal de médio e grande escala, há que considerar também o acréscimo ocorrido no acesso aos recursos disponibilizados. Na safra 2003/2004 o volume de recursos acessado foi de 10,56 milhões e na safra 2004/2005 o valor foi de R\$ 42,34 milhões. Para a safra 2005/2006 a tomada de crédito chegou a R\$ 55,3 milhões.

Merece menção ainda, o lançamento do Programa BB Florestal, com objetivo de incrementar a produção de madeiras em florestas plantadas e naturais por meio de financiamentos rurais - custeio, investimento e comercialização. O Programa BB Florestal possibilitará um acréscimo de 150.000 hectares de florestas plantadas no período de 05 anos a partir da safra 2004/2005, proporcionando maior oferta de madeira no mercado, redução de

impacto nas florestas nativas e autonomia na comercialização do produto. Somando todas as linhas de créditos, ligadas ao setor florestal, foram investidos R\$ 135,8 milhões em 2005 (incluindo pronaf e propflora).

Foi concluída a discussão e realizada a consulta pública sobre a Instrução Normativa que altera o foco da reposição florestal no tocante ao uso de matéria-prima florestal provenientes dos desmatamentos autorizados. Da mesma forma, está em fase final de elaboração o Plano Nacional de Silvicultura de Espécies Nativas com início de implementação programado para julho de 2006.

Cabe mencionar a criação do Fundo de Desenvolvimento Florestal pela Lei nº 11.284/2006 de Gestão de Florestas Públicas, destinado a fomentar o desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal e promover a inovação tecnológica do setor.

#### 4.3.5 Manejo de Florestas Públicas;

Com a promulgação da lei 11.284 de Gestão de Florestas Públicas este gargalo foi superado e o PNF tem condições de retomar o ritmo dos trabalhos em busca do alcance de suas metas. Desde a sanção da Lei de Gestão de Florestas Públicas em os seguintes avanços foram realizados:

- Plano de Ação do Distrito Florestal Sustentável da BR 163 – criado em 13 de fevereiro de 2006, o DFS BR 163 teve seu Plano de Ação 2006-2007 (desenvolvido por grupo de trabalho interministerial) aprovado pela presidência da república em junho e esta na fase de implementação. Envolve ações de ordenamento fundiário, fomento a atividades florestais sustentáveis e infraestrutura.

- Implementação do Serviço Florestal Brasileiro – fundado em 05 de junho está na fase final de estruturação da diretoria e das superintendências o que deve acontecer até o final de 2006. Estão em elaboração o regimento interno e o modelo de contrato de gestão que lhe confere autonomia (mais informações em [www.sfb.gov.br](http://www.sfb.gov.br) ou [www.serviçoflorestal.gov.br](http://www.serviçoflorestal.gov.br))

- Implantação da Comissão de Gestão de Florestas Públicas – criada pela lei foi regulamentada em junho e teve ainda em 2006 uma série de 4 reuniões ordinárias que permitiram aprovar o regimento interno da comissão e promover todo o processo de proposição do decreto de regulamentação da Lei 11.284.

- Regulamentação da Lei de Gestão de Florestas Públicas – proposta de minuta de decreto a ser encaminhada a Casa Civil será finalizado ainda em novembro. Foram realizadas 8 audiências públicas em diversas regiões do Brasil além de dois processos de consulta ampla pela internet e diversas reuniões setoriais. A proposta de minuta final foi aprovada em sessão conjunta da CONAFLO e CGFLOP (ver processo com mais detalhes no anexo).

- Contratos de Transição – em outubro foram assinados pelo Serviço Florestal Brasileiro os quatro primeiros contratos de transição com detentores de planos de manejos em terras públicas aprovados antes de agosto de 2003 conforme previsto na Lei de Gestão de Florestas Públicas. Cinco contratos aguardam assinatura dos detentores dos planos de manejo e outros 18 planos de manejo estão em processo de aprovação.

- Regulamentação da Gestão Florestal Compartilhada - a Lei de Gestão de Florestas Públicas promoveu a descentralização da gestão florestal para trabalho compartilhado. Duas resoluções CONAMA foram propostas pelo PNF e aprovadas em outubro regulamentando

as responsabilidades de cada ente federado e as formas de integração dos sistemas.

- Documento de Origem Florestal (DOF) - Entrou em operação completa o novo sistema de emissão de autorizações de transporte de produtos florestais

- Revisão da Regulamentação do Manejo Florestal – finalizada a minuta do novo decreto de regulamentação do manejo florestal e da reposição florestal que devem ser publicados em novembro. O Decreto simplifica o manejo, sem perder os cuidados necessários a proteção da floresta e amplia a reposição florestal de forma que quem desmata seja responsável pela reposição da floresta desmatada.

- Marcada a inauguração da sede do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (CENFLOR) para o dia 18 de dezembro em Brasília.

- Com relação ao Bioma da Caatinga, o PNF realizou o levantamento de áreas prioritárias para o manejo florestal com vistas à promoção de 100 assentamentos envolvendo 10 mil famílias da região do semi-árido, com a implementação inicial de 30 Assentamentos. Já então contratados e em implementação os Planos de Manejo de 20 assentamentos. Em três deles os PMFS já foram encaminhados ao IBAMA para análises.

#### 4.3.6 Modernização dos Sistemas de Licenciamento e Controle de Atividades Florestais

O SISPROF-Web continua sendo desenvolvido e será feita uma adaptação do atual sistema para ser operado diretamente via internet pelo próprio usuário. Foi implantado o preenchimento do Ato Declaratório Ambiental - ADA, via WEB.

#### 4.3.7 Recomposição Florestal de Matas Ciliares

O FNMA está aguardando os recursos dos demais parceiros para poder celebrar os convênios restantes do Edital para a Recuperação e Conservação de Nascentes e Áreas que margeiam corpos e cursos d'água.

#### 4.4 - Responsáveis pela implementação das medidas:

Diretor de Florestas e Gerente de projeto do Ministério do Meio Ambiente, e Diretor de Florestas do IBAMA.



## 5- Transferências de Recursos (Convênios e outros meios)

* Tipo	Código SIAFI	Processo	Objeto da avença	Data da publicação no DOU	Valor Pactuado	Valor transferido	Contrapartida	CNPJ/UG	Situação da Avença
Convênio	522628	02000.003993/2004-39	Implantação do projeto "Ações Estruturais para o fortalecimento do Setor florestalno Estado do Acre" Fase II	29/12/04	R\$ 2.900.000,00	R\$ 2.900.000,00	R\$ 487.300,00	63.606.479/0001-24	Em andamento
Convênio	504309	02000.001066/2004-84	Implantação do projeto "Ações Estruturais para o fortalecimento do Setor florestalno Estado do Acre"	02/07/04	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 67.122,00	63.606.479/0001-24	Concluído
Convênio	552601	02000.005290/2005-26	Produção e distribuição de mudas nativas em quantidade e qualidade para a recuperação de áreas degradadas e adensamento das floresas nativas que estejam sob o regime de manejo florestal sustentável.	11/01/06	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 22.500,00	63.606.479/0001-24	Em andamento
Convênio	529831	02000.002099/2005-22	Implantar uma rede de parcelas permanentes no Bioma Mata Atlântica	22/11/05	R\$ 113.000,00	R\$ 113.000,00	R\$ 0,00	78.350.188/0001-95	Em andamento
Convênio	531468	02000.002688/2005-19	Apoio ao Desenvolvimento de Mercado para Produtos Certificados – FSC	07/12/05	R\$ 234.000,00	R\$ 234.000,00	R\$ 0,00	04.862.253/0001-25	Concluído
Convênio	576506	02000.003744/2005-24	Apoio ao fortalecimento da assistência técnica Florestal no Estado do Amazonas	18/12/06	R\$ 750.000,00	R\$ 484.177,32	R\$ 84.000,00	05.594.044/0001-00	Em andamento
Convênio		02000.003256/2005-17	Diagnosticar a realidade de cobertura florestal nos assentamentos da Mata Atlântica, Cerrado, Amazônia e Caatinga		R\$ 414.580,00	R\$ 100.000,00	R\$ 84.220,00	68.342.435/0001-58	Encerrado
Convênio	493832	02000.002565/2003-16	Reestruturação do sistemas de informações florestais de São Paulo	29/12/03	R\$ 202.000,00	R\$ 202.000,00	R\$ 51.600,00	64.724.164/0001-44	Concluído
Convênio	493830	02000.002591/2003-36	Consolidar e ampliar a base técnico científica de experimentação e de manejo florestal da Caatinga	29/12/03	R\$ 249.906,00	R\$ 249.906,00	R\$ 64.884,00	00.151.461/0001-65	Em andamento
Convênio	501682	02000.002577/2003-32	Estudos da cadeia sócio produtiva da faveira	23/12/03	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 15.000,00	03.786.980/0001-98	Em andamento
Convênio	576641	02000.004578/2006-64	Implementação do projeto de preservação e conservação da Mata Atlântica no Estado do Espírito Santo, por meio da formação de corredores ecológicos	19/12/06	R\$ 400.180,00	R\$ 96.800,00	R\$ 238.573,00	05.200.358/0001-81	Em andamento
Convênio	576589	02000.002865/2006-30	Apoio do projeto corredores ecológicos da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia	19/12/06	R\$ 1.033.193,38	R\$ 1.089.013,38	R\$ 491.510,02	05.467.476/0001-50	Em andamento
Convênio	576410	02000.004645/2006-41	Implementação da 2ª fase do projeto corredores ecológicos, componente do corredor central da Mata Atlântica do Espírito Santo	19/12/06	R\$ 512.630,00	R\$ 432.612,13	R\$ 253.285,00	27.273.416/0001-30	Em andamento
Descentralização	-	02000.001246/2005-47	Atendimento do Edital Mata Atlântica	-	R\$ 1.127.290,00		-	UG: 44901	Em andamento
Descentralização	-	02000.003478/2005-30	Atendimento do Edital Cerrado	-	R\$ 1.341.209,00	R\$ 241.379,00	-	UG: 44901	Em andamento
Descentralização	-	02000.001420/2005-51	Atendimento do Edital Caatinga	-	R\$ 286.595,00	R\$ 51.076,00	-	UG: 44901	Em andamento
Descentralização	-	02000.002829/2006-76	Atendimento do Edital de Recuperação de Nascentes	-	R\$ 1.504.852,00	R\$ 646.192,00	-	UG: 44901	Em andamento
Descentralização	-	02000.001053/2005-96	Construção do Centro Nacional de Apoio ao Programa Nacional de Florestas	18/07/05	R\$ 421.962,00	R\$ 421.962,00	R\$ 111.802,00	03.659.166/0001-02	Em andamento
Descentralização	-	02000.002658/2006-85	Implementação de Monitoramento por dados de Satélites da Exploração Florestal na Amazônia	-	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 532.800,00	UG: 2401106	Em andamento
Descentralização	-	02000.003034/2003-32	Consolidação dos Instrumentos Políticos do Programa Nacional de Florestas	-	R\$ 757.459,87	R\$ 757.459,87	-	04.089.988/0001-30	Em andamento
Descentralização	-	02000.001295/2001-56	Implementação dos dispositivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, e a salvaguarda do patrimônio biológico brasileiro para as gerações futuras	-	R\$ 777.049,63	R\$ 777.049,63	-	03.723.329/0001-79	Em andamento

**DADOS DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA E TCE SERÃO RELATADOS PELA SPOA.**

**6- Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos:**

**6.1 - Demonstrativo do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado:**

Discriminação	Custo Total	Empréstimo Contratado	Contrapartida internacional	Valor das transferências de recursos			Em caso de não ter atingido a conclusão total ou da etapa	
				Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
ITTO	US \$1.325.394 -		US\$ 878.157	Realizar estudos para a introdução do "Regime de concessões Florestais" no Brasil, para produção sustentável de madeira.	US \$ 114.585	US \$ 139.950		
Banco Mundial	US \$805.000 -		US \$805.000	Apoiar a elaboração de projeto de empréstimo junto ao Banco Mundial	0.00	0.00	Cancelamento pelo BIRD em razão do vencimento da Carta Consulta COFLEX (Maio 2004)	
FAO	US \$ 2.569.739 -		US \$ 2.569.739	Consolidação dos Instrumentos Políticos do Programa Nacional de Florestas	US \$ 1.918.849	US \$ 2.237.826		
GEF-Caatinga	US \$ 4,1 milhões -		US \$ 4,1 milhões	Manejo Integrado de Ecossistemas e de Bacias Hidrográficas na Caatinga	0.00	US \$ 4,1 milhões		

**6.2 - Avaliação crítica dos resultados alcançados nos projetos (inclusive quanto aos objetivos e metas previstos vs. Realizado:**

**6.2.1 ITTO (- PROJETO ITTO PD 142/02 Rev.2 (F): Produção Sustentada de Florestas Nacionais sob o Regime de Concessões Florestais.**

O Projeto do ITTO (Organização Internacional de Madeiras Tropicais) tem por objetivo realizar estudos necessários para a introdução do "Regime de Concessões Florestais" no Brasil, para a produção sustentável de madeira, bem como elaborar os planos de manejo relativos e as regras e procedimentos para as concessões. Três Florestas Nacionais (FLONAS) da Amazônia serão estudadas para preparar essas concessões: Floresta Nacional de Altamira, Floresta Nacional de Itaituba e Floresta Nacional de Caxiuanã, todas no estado do Pará. Os estudos preparatórios a serem realizados incluem: estudos socioeconômicos, estudos ambientais (incluindo biodiversidade) e inventários florestais preliminares. Técnicas de sensoriamento remoto serão utilizadas, complementadas com fotografias aéreas e visitas de campo (unidades

amostrais). Esses estudos conterão informações para que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) possa preparar diretrizes para assegurar o manejo sustentável das Florestas Nacionais.

De 27 a 31 março de 2006, foi realizado um Seminário em Santarém/PA para discutir o planejamento e implementação do projeto. Os participantes foram os técnicos das FLONAS Caxiuanã, Itaituba, Altamira e Tapajós, e da Coordenação de Florestas Nacionais do IBAMA. Nesse seminário, foram apresentadas as informações coletadas desde janeiro pelos técnicos de Altamira e Itaituba, considerando estudos, pesquisas e parceiros. Um helicóptero do IBAMA também foi utilizado para sobrevoar Itaituba e obter mais informações, incluindo sua situação antrópica. Foi observado um grande número de pontos de mineração (garimpo) na FLONA, e este assunto vem sendo considerado nas atividades do projeto.

Em abril foi realizada uma reunião entre o pessoal do IBAMA de Belém e FLONA Caxiuanã, e técnicos de Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) visando à implementação de algumas atividades previstas no Projeto. Foi acordado que o MPEG desenvolverá diversas atividades, mas o instrumento legal ainda está sendo definido junto ao MMA.

Ainda em abril, em Santarém, a Coordenação Geral de Florestas Nacionais realizou um treinamento dos técnicos das FLONAS Altamira e Itaituba, considerando a construção do plano de manejo, Conselho Consultivo e avaliação socioeconômica. Baseado neste treinamento, uma expedição de reconhecimento foi planejada para ser realizada em maio, mas uma greve do IBAMA causou o adiamento dessa atividade.

De julho a agosto, a equipe técnica de Altamira e Itaituba realizou a expedição de reconhecimento da FLONA Itaituba. Foi feito por meio de barco pelo Rio de Tapajós e Rio Jamanxim, que corre dentro da FLONA. As principais atividades desenvolvidas foram:

- Identificação de atividades com potencial impacto ao ambiente;
- Caracterização do uso do solo ao longo das margens dos rios;
- Identificação de formas existentes de organização social;
- Palestras de orientação e integração ambiental;
- Identificação de pontos para instalação de placas de sinalização.

De setembro a outubro, a equipe técnica de Altamira e Itaituba realizou a segunda expedição de reconhecimento, por terra, dessas FLONAS. Foi feita de carro pela BR-163, com as seguintes atividades:

- Identificação de atividades potencialmente impactantes;
- Caracterização do uso do solo;
- Identificação de formas de organização social existentes;
- Palestras de orientação e integração ambiental;

- Identificação de pontos para instalação de placas de sinalização.

Além disso, contratou-se um consultor na área sócio ambiental para contribuir com o objetivo de aumentar a produção de madeira oriunda de manejos sustentável de florestas nativas da Amazônia Legal Brasileira e, especificamente, elaborar planos de manejo e as regras e procedimentos para o início do regime de concessão para a produção sustentável de madeira das Florestas Nacionais de Altamira, Itaituba e Caxiuanã; e outro na área de Cartografia para realizar o mapeamento temático das Florestas Nacionais.

6.2.2 FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - UTF/BRA062 - Consolidação dos Instrumentos Políticos do Programa Nacional de Florestas.

O Projeto UTF/BRA/062/BRA visa consolidar os Instrumentos Políticos e Institucionais de Implementação do Programa Nacional de Florestas - PNF. Inicialmente, sua atuação foi marcada pela difusão e aproveitamento de experiências bem sucedidas em projetos anteriores (UTF/BRA/047/BRA e TCP/BRA/8923 e TCP/BRA/2902), ao tempo em que apoiou a busca de alternativas financeiras para a conformação e o fortalecimento institucional do PNF.

Sua estrutura operacional tem como base uma matriz técnica e institucional que permite a implementação do PNF de modo transversal e compatibilizado com outros programas e projetos afins do governo federal.

O projeto dá continuidade à estruturação do planejamento do Setor Florestal Brasileiro, fornecendo os subsídios necessários para compatibilizar e harmonizar as políticas públicas setoriais em prol do desenvolvimento sustentável.

Os principais resultados foram:

- Mapeadas as áreas com potencial para proteção e uso sustentável na Região Norte do País;
- Realizados os estudos para a demarcação do zoneamento agro-ecológico nas regiões de influência da BR-163, Terra do Meio e áreas de conflitos do Estado do Pará;
- Formulação dos instrumentos e mecanismos de políticas públicas direcionadas para as atividades sustentáveis das comunidades locais;
- Estruturado o Centro de Apoio ao Manejo Florestal – Cenaflor – que visa apoiar e elaborar a metodologia para massificação em manejo florestal;
- Lançado os Editais de atividades agro-florestais nos biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica.
- A meta de plantio anual de 400 mil hectares já foi ultrapassada;
- O processo de descentralização do Programa Nacional de Florestas foi implementado via PPA, estimulando os estados a desenvolverem os seus programas florestais;
- As instituições de assistência técnica foram selecionadas e estão atuando em 07 (sete) Unidades da Federação;

- O Plano Nacional de Silvicultura de Espécies Nativas e Agrofloresta está em processo de elaboração e previsto o seu lançamento no início do próximo ano.
- Lançamento do Edital de Nascentes pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente, visando o financiamento de 22 projetos, dos quais 10 serão na Bacia do Rio São Francisco;
- Iniciada a implantação da Rede Nacional de Sementes e Mudas;
- Elaborada a proposta ao Tesouro Nacional de criação do Pronaf Florestal Diferenciado – que prevê o abatimento da dívida do produtor rural em 35% pela recuperação de APP e Reserva Legal em nível da propriedade;
- Formulada proposta ao Setor Elétrico sobre a aplicação em recuperação de áreas degradadas, de parte dos recursos provenientes da compensação financeira aos estados e municípios pela exploração de recursos hídricos na geração de energia.
- Criada a Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas – Conaflor (Decreto nº 4.864/03) – com vistas a fortalecer a participação da sociedade no processo de implementação do programa;
- Estabelecidas as condições para a constituição de uma base de dados florestais, com vistas ao desenvolvimento de um sistema de informações florestais. Essa base de dados será composta por:
  - a) Inventário Florestal Nacional;
  - b) Mapeamento dos remanescentes florestais dos biomas brasileiros;
  - c) Sistemas de Parcelas Permanentes;
  - d) Rede de manejo florestal da Caatinga;
  - e) Redes Regionais de Parcelas Permanentes (Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica);
  - f) Plano Nacional de Silvicultura de Espécies Nativas e Agrofloresta;
  - g) Rede Nacional de Sementes Florestais.
- Concluído o diagnóstico sobre Política Florestal dos Estados brasileiros;
- Criado o Centro de Apoio ao Manejo Florestal.

### 6.2.3 GEF – Caatinga

A meta deste projeto é desenvolver um esquema, em nível de bioma, para o manejo integrado do ecossistema da Floresta Tropical Seca da Caatinga do Brasil por meio da implementação de uma combinação de demonstrações locais específicas no nível estadual e de ações de capacitação multi-setorial para estimular a sua replicação através do bioma, ampliando a sustentabilidade do desenvolvimento básico e dos programas de redução da pobreza e a captação de benefícios globais múltiplos.

Benefícios globais significativos em termos de Mudança Climática serão alcançados através da redução da emissão de carbono e do aumento da captura de carbono – a primeira através da redução das taxas de desmatamento e da transformação e uso final mais eficientes da biomassa da Caatinga; o segundo por meio do reflorestamento de áreas degradadas.

A biodiversidade será beneficiada por meio de ações de apoio para aumentar a integridade e conservação do ecossistema em nível de paisagem, estabelecendo corredores ecológicos entre áreas protegidas cruciais, usando diferentes instrumentos de manejo. As ações do projeto levarão ainda à conservação de mananciais críticos numa região sujeita a secas, pondo um freio na degradação da terra e no avanço da desertificação.

Por meio desse projeto, conseguiram-se os seguintes resultados no ano de 2006:

- 189.500 hectares de floresta de Caatinga sob manejo sustentável, nas Áreas Prioritárias (AP) Araripe e Capivara;
- 4.247.152 hectares sob proteção na AP Xingó e Araripe;
- 1% em Cariri, 2% em Seridó e 3% em Araripe de indústrias que utilizam lenha originária da caatinga adotando técnicas de melhoria de eficiência energética;
- 91% de diminuição percentual de energia derivada de áreas não manejadas 25% de uso de produtos florestais não madeireiros em Araripe;
- 03 unidades demonstrativas de Sistemas Agroflorestais estabelecidas;
- 3% das áreas de Caatinga com potencial de manejo florestal na AP do Araripe adotando práticas para produção sustentável de madeira;
- 20% do pequenos produtores das comunidades da AP do Araripe organizados para a produção de PFNM (e.g., óleo produtos medicinais e sementes);
- Métodos para a extração sustentável de dois (02) produtos não madeireiros (Pequi e Janaguba) na AP do Araripe definidos;
- 5% dos extratores de Fava D'anta adotando metodologia de extração sustentável;
- 03 Planos de eco-negócio do Pequi, Babaçu na AP do Araripe e Umbu e Maracujá de Boi na AP de Petrolina implementados;
- Duas (02) unidades de beneficiamento para babaçu e pequi na AP do Araripe;
- 8% das indústrias calcificadoras de gesso na AP do Araripe utilizando técnicas para melhoria da eficiência energética;
- Criação de um Conselho de Mosaicos na AP Serra da Capivara/Serra das Confusões;
- Criação e instalação de sete Comitês Estaduais da Reserva da Biosfera;
- Criação de 48.000 ha adicionais de áreas protegidas ou de uso sustentável no Bioma Caatinga;

- Criação do Programa Nacional de Apoio à agricultura familiar – PRONAF, na AP Araripe, Xingó e Petrolina, na capacitação para o acesso a esta linha de crédito
- 10 % do volume de biomassa florestal consumida legalizada.
- 01 sistema de monitoramento desenhado para gestão gerencial do Projeto, faltando incorporar um sistema de avaliação
- 05 inventários florestais de áreas de Caatinga realizados para determinar o potencial de replicação de opções de manejo em diferentes cenários sócio-ambientais concluído
- 02 Mapeamentos da cobertura florestal nas APs

### **7- Projetos e de Instituições Beneficiadas por renúncia Fiscal**

Não se aplica

### **8- Gastos com Cartões de Crédito**

Não se aplica

### **9- Informações sobre o Cumprimento das Determinações do TCU e Controle**

#### **Interno**

9.1– Caso tenham recebido determinações e recomendações do TCU, especificar:

<b>Número do Acórdão</b>	<b>Descrição da Determinação ou Recomendação</b>	<b>Providências Adotadas pela Unidade</b>
Acórdão 3559/2006 – TCU - 1º CÂMARA	Conceder somente verbas na categoria adiantamento de petth cash em concordância com as normas do Manual de Execução Nacional do PNUD, que restringem esse tipo de concessão à profissionais membros da equipe-base;	O documento foi recebido por essa Unidade no dia 23 de janeiro de 2007, e as providências serão tomadas e encaminhadas em tempo hábil.
Acórdão 3559/2006 – TCU - 1º CÂMARA	Efetuar o planejamento anual de compra de material que englobe os suprimentos de informática necessários ao bom andamento dos trabalhos do Projeto, sem incorrer no	O documento foi recebido por essa Unidade no dia 23 de janeiro de 2007, e as providências serão tomadas e encaminhadas em tempo hábil.

Número do Acórdão	Descrição da Determinação ou Recomendação	Providências Adotadas pela Unidade
	fracionamento de despesa, em discordância com os princípios estabelecidos na Lei nº 8.666/1993;	
Acórdão 3559/2006 – TCU - 1º CÂMARA	Providenciar, caso ainda não tenha o feito, a conclusão do inventário físico-financeiro do Projeto, nos termos do disposto no item 32 do Manual de Execução Nacional do PNUD;	O documento foi recebido por essa Unidade no dia 23 de janeiro de 2007, e as providências serão tomadas e encaminhadas em tempo hábil.
Acórdão 3559/2006 – TCU - 1º CÂMARA	Ultimar, no prazo de 30 (trinta) dias, caso ainda não o tenha feito, a análise da nova prestação de contas das verbas utilizadas pelo Sr. Raimundo Deusdará Filho, enviando à Secretaria Federal de Controle Interno os resultados dessa análise;	O documento foi recebido por essa Unidade no dia 23 de janeiro de 2007, e as providências serão tomadas e encaminhadas em tempo hábil.

9.2 - Caso tenham recebido determinações e recomendações do CGU ou das Setoriais de Controle Interno, especificar:

Em 06 de setembro de 2005, foi solicitada à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA desse Ministério a aquisição de materiais de informática: impressora A3 Jato de tinta, licença Windows XP profissional, impressora A4 jato de tinta, microcomputador pentium IV 3.2 e 04 pendrive, para execução do projeto do ITTO. O Grupo de Apoio à Execução de Projetos - GAP realizou a licitação e compra desses equipamentos: impressora A3 Jato de tinta, licença Windows XP profissional, impressora A4 jato de tinta, microcomputador pentium IV 3.2 e 04 pendrive. Conta a licitação de 02 notebooks, que foram devolvidos ao fornecedor, devido a problemas nas especificações.

A licitação foi realizada e o material entregue pelas empresas vencedoras do certame, VCS Office e Norton Informática. Para este material foi realizado tombamento provisório, assinado termo de responsabilidade e mediante autorização de saída do edifício do Ministério do Meio Ambiente - MMA houve entrega ao pessoal do Ibama sede, para posterior transferência ao Ibama/Santarem/PA. No entanto, não houve prévio empenho para tal despesa.

O processo foi encaminhado a Assessoria Especial de Controle Interno para apreciação, e essa orientou a UG 440056 que efetuasse o pagamento, pois do contrário caracterizaria enriquecimento ilícito da Administração, e que fosse apurada a responsabilidade.



O pagamento foi efetuado em 08 de Dezembro de 2006, e foi constituída comissão de Sindicância, com a finalidade de apurar a responsabilidade de quem tenha dado causa às irregularidades apontadas no Processo em referência, por meio da Portaria N° 43 de 20 de Dezembro de 2006.

9.3 – Caso tenham recebido Denúncias, detalhar quanto à apuração, para cada caso:

Não houve recebimento de denúncias.

**10- Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades em que o dano foi imediatamente ressarcido sem instauração de TCE.**

10.1.1 - Nome e número do CPF do responsável pelo fato irregular apurado:

**Marcelo Santos Melo (CPF:601.596.772-20)**

10.1.2 – Cargo, função e matrícula do responsável, se o mesmo for servidor público:

Chefe da Floresta Nacional de Altamira, lotado no IBAMA/FLONA ALTAMIRA.

Matrícula SIAPE: 151353

10.1.3 – Descrição sucinta da forma como o fato irregular se deu, especificando a data da ocorrência ou a em que se tomou conhecimento da mesma:

Foi concedido suprimento de fundos ao servidor Marcelo Santos Melo, no valor de R\$ 6.250,00 para cobrir despesas de pequeno vulto e de viagem em expedição, via fluvial, de sensibilização da população local das Flonas de Itaituba I e II, região de Itaituba e Trairão, da qual o servidor fez parte.

O suprido prestou contas no dia 28/09/06, no entanto, verificou-se algumas impropriedades nos documentos fiscais apresentados e na aplicação dos recursos.

10.1.4 – Descrição do objeto da perda, extravio ou outra irregularidade:

Na prestação de contas verificou-se que o suprido realizou uma despesa de pequeno vulto no valor de R\$ 280,00, em desconformidade com o limite estabelecido pelo

Manual SIAFI de R\$ 200,00; apresentou notas fiscais sem a declaração de recebimento da importância devida por parte do prestador do serviço ou fornecedor do material; e não apresentou o extrato completo do período de utilização da conta do suprimento.

10.1.5 – Critério utilizado na quantificação do valor do dano apurado:

A quantificação do dano deu-se por meio do valor excedente ao limite permitido no Manual SIAFI para despesas de pequeno vulto.

10.1.6 – Descrição do acordo feito pela administração com o agente responsável para reparação do dano (ex: especificar se o ressarcimento foi feito à vista ou em parcelas):

O suprido foi notificado das irregularidades por meio do Ofício nº 248/DIFLOR/SBF/MMA e atendeu as recomendações no tempo estipulado, efetuando, inclusive, a devolução da diferença entre o valor dispendido e o limite fixado.

10.1.7 – Valor recolhido e data de recolhimento:

O valor recolhido foi de R\$ 80,00, e esse foi efetuado no dia 10 de janeiro de 2007.

#### **Informações Adicionais:**

No ofício nº 248/DIFLOR/SBF/MMA, foi solicitado que o suprido complementasse com documentos e/ou justificativas sua prestação de contas, a fim de sanar as pendências relatadas, tanto da falta de declaração de recebimento da importância devida por parte do prestador do serviço, quanto do extrato incompleto.

10.2.1 - Nome e número do CPF do responsável pelo fato irregular apurado:

**Wilson José Rodrigues Souza (CPF: 038.368.352-15)**

10.2.2 – Cargo, função e matrícula do responsável, se o mesmo for servidor público:

Técnico Administrativo do IBAMA/FLONA TAPAJÓS

Matrícula SIAPE nº 680149

10.2.3 – Descrição sucinta da forma como o fato irregular se deu, especificando a data da ocorrência ou a em que se tomou conhecimento da mesma:

Foi concedido suprimento de fundos ao servidor Wilson José Rodrigues Souza, no valor de R\$ 7.720,00 para cobrir despesas de pequeno vulto e de viagem em expedição de reconhecimento da Flona de Itaituba II, região de Itaituba e Trairão, do qual o servidor fez parte. O suprido prestou contas no dia 28/09/06, no entanto, verificou-se algumas impropriedades nos documentos fiscais apresentados e na aplicação dos recursos.

10.2.4 – Descrição do objeto da perda, extravio ou outra irregularidade:

Na prestação de contas verificou-se que o suprido apresentou notas fiscais sem a declaração de recebimento da importância devida por parte do prestador do serviço ou fornecedor do material; e não apresentou o extrato completo do período de utilização da conta do suprimento.

10.2.5 – Critério utilizado na quantificação do valor do dano apurado:

Não houve dano.

10.2.6 – Descrição do acordo feito pela administração com o agente responsável para reparação do dano (ex: especificar se o ressarcimento foi feito à vista ou em parcelas):

O suprido foi notificado das irregularidades por meio do Ofício nº 247/2006/DIFLOR/SBF/MMA e foi solicitado a esse que complementasse com documentos sua prestação de contas.

O suprido atendeu as recomendações no tempo estipulado.

10.2.7 – Valor recolhido e data de recolhimento:

Não houve recolhimento, por não haver dano.

10.3.1 - Nome e número do CPF do responsável pelo fato irregular apurado:

**Fernando Miguel Tristão Fernandes (CPF: 658.749.607-59)**

10.3.2 – Cargo, função e matrícula do responsável, se o mesmo for servidor público:

Analista Ambiental – Chefe da FLONA BOM FUTURO/RO

Matrícula SIAPE nº 8687151

10.3.3 – Descrição sucinta da forma como o fato irregular se deu, especificando a data da ocorrência ou a em que se tomou conhecimento da mesma:

Foi concedido suprimento de fundos ao servidor Fernando Miguel Tristão Fernandes, no valor de R\$ 7.720,00 para cobrir despesas de pequeno vulto e de viagem em expedição de reconhecimento da Flona de Altamira, região do Trairão e Novo Progresso. O suprido prestou contas no dia 09/10/06, no entanto, verificou-se impropriedade na aplicação dos recursos.

10.3.4 – Descrição do objeto da perda, extravio ou outra irregularidade:

Na prestação de contas verificou-se que o suprido realizou uma despesa de pequeno vulto no valor de R\$ 359,34, em desconformidade com o limite estabelecido pelo Manual SIAFI de R\$ 200,00.

10.3.5 – Critério utilizado na quantificação do valor do dano apurado:

A quantificação do dano deu-se por meio do valor excedente ao limite permitido no Manual SIAFI.

10.3.6 – Descrição do acordo feito pela administração com o agente responsável para reparação do dano (ex: especificar se o ressarcimento foi feito à vista ou em parcelas):

O suprido apresentou justificativa sobre a realização dessa despesa, e essa foi acatada pelo Ordenador de despesas, que considerou procedente a ação pelas dificuldades encontradas dentro das FLONAS e pelo fato não ter gerado dano ao erário.

10.3.7 – Valor recolhido e data de recolhimento:

Não houve recolhimento, por não haver dano.

10.4.1 - Nome e número do CPF do responsável pelo fato irregular apurado:

**Naiana Peres de Menezes (CPF: 753.986.802-34)**

10.4.2 – Cargo, função e matrícula do responsável, se o mesmo for servidor público:

Analista Ambiental da Florestal Nacional de Altamira

Matrícula SIAPE nº 1525027

10.4.3 – Descrição sucinta da forma como o fato irregular se deu, especificando a data da ocorrência ou a em que se tomou conhecimento da mesma:

Foi concedido suprimento de fundos a servidora Naiana Peres de Menezes, no valor de R\$ 6.140,00 para para cobrir despesas de pequeno vulto e de viagem em expedição de reconhecimento, por terra, das Flonas de Itaituba I e Altamira que sofrem influência da BR 163. A suprida prestou contas no dia 22/11/06, no entanto, verificou-se impropriedade nos documentos fiscais apresentados e na aplicação dos recursos.

10.4.4 – Descrição do objeto da perda, extravio ou outra irregularidade:

Na prestação de contas verificou-se que a suprida apresentou notas fiscais sem a declaração de recebimento da importância devida por parte do prestador do serviço ou fornecedor do material; não apresentou o extrato completo do período de utilização da conta do suprimento; e utilizou parte dos recursos em gêneros alimentícios, cujo pagamento deveria ter sido feito a conta de diárias.

10.4.5 – Critério utilizado na quantificação do valor do dano apurado:

A quantificação do dano deu-se pelo valor usado em gêneros alimentícios, e o valor das notas para as quais não envie documentação complementar que comprove o recebimento pelo fornecedor da importância devida.

10.4.6 – Descrição do acordo feito pela administração com o agente responsável para reparação do dano (ex: especificar se o ressarcimento foi feito à vista ou em parcelas):

A suprida foi notificada das irregularidades por meio do Ofício nº 246/2006/DIFLOR/SBF/MMA e foi solicitado a esse que complementasse com documentos e/ou justificativas sua prestação de contas.

A Suprida efetuou a devolução dos recursos utilizados com gêneros alimentícios, enviou extrato da conta bancária completo e recibos das empresas referente as notas fiscais

anteriormente apresentadas.

No entanto, os recibos apresentados não apresentam requisitos mínimos para identificação da empresa e da pessoa que efetuou a assinatura. E dessa forma, foi feita uma nova notificação no dia 24 de janeiro de 2007, para sanar as pendências no prazo de 30 dias a contar de sua notificação.

10.4.7 – Valor recolhido e data de recolhimento:

O valor recolhido foi de R\$ 415,32, no dia 05 de janeiro de 2007, referente as despesas realizadas em gênero alimentício.

### **Programa Áreas Protegidas do Brasil - 0499**

#### **1. Objetivos e Metas**

**1.1 - Identificação do programa governamental e/ou das ações administrativas do plano de ação do período de que trata as contas:**

**1.2 - Descrição do programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários:**

**Objetivo central:** Expandir e consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes.

**Objetivo específico:** Criar unidades de conservação e implantar ferramentas para melhorar a gestão do SNUC.

**Beneficiários:** População residente nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de unidades de conservação.

**1.3 - Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa:**

Taxa de Proteção Integral dos Biomas  
Taxa de Uso Sustentável dos Biomas

**1.4 - Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária e/ou pactuadas com o supervisor ministerial para o período sob exame nas contas:**

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
0884 – Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação	14,000	22,000	2.670.000	2.064.515,00
0884 (0052) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação – Estado de Goiás	1,000	0,000	400.000	0,000
0884 (0056) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação – Parque Nacional Imbura – Nossa Senhora do Socorro - SE	1,000	0,000	200.000	0,000
0884 (0058) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação – Rondonópolis - MT	1,000	0,000	2.000	0,000
0884 (0066) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação – Parque Zoobotânico – Alfenas - MG	1,000	0,000	300.000	0,000
0884 (0070) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação – Hortolândia - SP	1,000	0,000	200.000	0,000
0884 (0072) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação – Jardim Botânico na Localidade de Cágado – Maracanaú - CE	1,000	0,000	100.000	0,000
5E23 – Construção de Sede com Pórtico na Reserva de Alcobaça	1,000	0,000	200.000	0,000
6068 Capacitação e Disseminação de Práticas Sustentáveis para o Ecoturismo	380,000	120,00	488.896	469.781
6249 – Capacitação Para Gestão de Áreas Protegidas	170,000	223,000	934.276	934.276
2272 – Gestão e Administração do Programa	Sem produto/meta		952.082	951.466
101V – Implantação de Corredores Ecológicos	300,000	120,000	22.534.842	13.224.992
09AY – Contribuição à Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional (Ramsar)	0,000	0,000	300.000	300.000
2566 – Conservação e Recuperação da Biodiversidade em Terras Indígenas	8,000	9,000	100.000	100.000

## **2) Indicadores ou Parâmetros de Gestão**

2.1 - Nome do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame nas contas:

As taxas tem como objetivo verificar a expansão do Sistema Nacional de Unidade de Conservação de forma a demonstrar a eficácia e eficiência da gestão do programa.

Taxa de Proteção Integral (percentual) = Relação percentual entre a soma das áreas de proteção integral dos biomas e a área total dos biomas.

Índice Referência 2006 (3,8%) e Índice Final PPA em 2007 (5,06%).

A porcentagem atingida de ampliação de UC de Proteção Integral ainda está abaixo do necessário para atingir a meta prevista para 2007, no entanto, os estudos e negociações adiantados nesta fase de execução do PPA, permitem a viabilização das metas e o alcance dos objetivos estabelecidos para o final do PPA.

Taxa de Uso Sustentável (percentual) = Relação percentual entre a soma das áreas de uso sustentável dos bioma se a área total dos biomas.  
Índice de Referência 2006 (4,3%) e Índice Final PPA em 2007 (5,32%).

A porcentagem atingida de ampliação de UC de Uso Sustentável também ainda está abaixo do necessário para atingir a meta prevista para 2007, no entanto, os estudos e negociações adiantados nesta fase de execução do PPA, permitem a viabilização das metas e o alcance dos objetivos estabelecidos para o final do PPA.

Obs:

- 1- área das unidades de conservação federais calculada pelo Núcleo de Geoprocessamento/Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Ministério do Meio Ambiente;
- 2- área continental do Brasil = 851.487.659,9ha (Fonte: IBGE)

## **3. Análise crítica do resultado alcançado**

3.1- Identificação do programa, projeto/atividade ou ação administrativa:

(ver item 3.4)

3.2 - Indicadores ou parâmetros utilizados na análise:

(ver item 3.4)

3.3 - Metas físicas e financeira realizadas (valor alcançado):(ver item 3.4)

3.4 - Avaliação do resultado, indicando as causas de sucesso ou insucesso:



### ***Ação 0884: Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação***

A ação 0884, Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação, tem com objetivo expandir e consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes. Os principais beneficiários do programa são as populações residentes nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de Unidades de Conservação. Os principais parceiros são: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Organismos Internacionais, ONGs, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Universidades e Instituições de Pesquisa, Estados e Municípios.

#### Resultados alcançados em 2006:

- Ampliado o Sistema Federal de Unidades de Conservação da Natureza em 11,026 milhões de hectares, resultante da criação de 22 unidades: Área de Proteção Ambiental do Tapajós/PA; Estação Ecológica da Guanabara/RJ; quatro Florestas Nacionais: Amaná/PA, Crepori/PA, Jamanxim/PA, Trairão/PA; cinco Parques Nacionais: Araguaia/PA, Juruena/AM/MT, Rio Novo/PA, Campos Amazônicos/AM/RO/MT, Campos Gerais/PR; duas Reservas Biológicas: Araucárias/PR, Perobas/PR; oito Reservas Extrativistas: Recanto das Araras de Terra Ronca/GO, Arapixi/AM, Canavieiras/BA, Lago do Cedro/GO, Rio Inini/AM, Rio Iriri/PA, Terra Grande/PA, Gurupá-Melgaço/PA e o Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas/PR.
- reconhecido quatro Mosaicos de Unidades de Conservação: um formado pelas unidades de conservação Costeiras e Marinhas do litoral sul do estado de São Paulo e litoral do estado do Paraná; o Mosaico Bocaína; Mosaico mata Atlântica Central Fluminense e o Mosaico Mantiqueira.
- publicado o Decreto n. 5758, de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas;
- instalada a Comissão Coordenadora Nacional do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas;
- publicado o Caderno 3 da Série Áreas Protegidas do Brasil: Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação;
- elaborado o Plano de Ação visando à promoção do turismo nos Parques Nacionais inseridos no Programa de Visitação, por meio do Grupo de Trabalho Interministerial instituído pela Portaria Interministerial n. 187, de 06 de junho de 2006;
- reformulado o sistema de gerenciamento do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação e incluído todas as unidades de conservação federais e cadastramento de órgãos gestores estaduais e municipais. O acesso da sociedade as informações do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação é realizado por meio da URL [www.mma.gov.br/cadastro\\_uc](http://www.mma.gov.br/cadastro_uc)

#### Emendas Parlamentares:

As ações 0884 (0052) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação –

Estado de Goiás; 0884 (0056) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação – Parque Nacional Imbura – Nossa Senhora do Socorro/SE; 0884 (0058) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação – Rondonópolis/MT; 0884 (0066) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação – Parque Zoobotânico – Alfenas/MG; 0884 (0070) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação – Hortolândia/SP; 0884 (0072) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação – Jardim Botânico na Localidade de Cágado – Maracanaú/CE; 5E23: Construção de Sede com Pórtico na Reserva de Alcobaça.

Os recursos provenientes de emendas parlamentares não foram conveniados em decorrência da não apresentação de projetos ou devido às inconsistências técnicas dos projetos analisados.

***Ação 6068: Capacitação e Disseminação de Práticas Sustentáveis para o Ecoturismo.***

Essa ação é desenvolvida no âmbito da SDS.

***Ação 6249: Capacitação para Gestão de Áreas Protegidas***

No âmbito do processo de elaboração do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, aprovado por meio do Decreto nº 5758/2006, foram realizadas seis oficinas com objetivos, entre outros, de capacitar atores envolvidos no planejamento e gestão de áreas protegidas:

<b>Reunião</b>	<b>Data</b>	<b>Local</b>	<b>Número de Participantes</b>
Reunião Signatários do Protocolo de Intenções para implementação do Programa de Trabalho Para Áreas Protegidas do Brasil para a CDB	19/01/06	Brasília	19
Oficina de Planejamento Estratégico	18/08/06	Brasília	14
Oficina de planejamento para execução da assistência preparatória do projeto de Conservação e Recuperação da Biodiversidade em Terras Indígenas	04 a 06/09/06	Brasília	49
Seminário de troca de experiências de gestão de áreas protegidas Brasil/ França(Cooperação Francesa)	17 a 23/09/06	Porto Seguro/BA	48
Reunião Signatários do Protocolo de Intenções para implementação do Programa de Trabalho Para Áreas Protegidas do Brasil para a CDB	31/10/06	Brasília	27
1ª reunião da Comissão Coordenadora do Plano Nacional de Áreas Protegidas	09 e 10/11/06	Brasília	66
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>223</b>

### ***Ação 101V – Implantação de Corredores Ecológicos***

A implementação de Corredores Ecológicos é uma alternativa ao sistema de Unidades de Conservação isoladas, buscando melhorar o fluxo gênico, pela interligação entre as mesmas e o estabelecimento de procedimentos de conservação na escala de paisagem. O Projeto Corredores Ecológicos trabalha o Corredor Central da Mata Atlântica - CCMA (10 milhões de Ha.), envolvendo sul da Bahia e todo o estado do Espírito Santo e o Corredor Central da Amazônia - CCA (52 milhões de Ha), todo situado no estado do Amazonas.

Esse projeto conta com recursos de doação externa do RFT, por intermédio do Banco Mundial, do Governo da Alemanha através do KfW e da Comunidade Européia. O Acordo de Doação e aditivos posteriores firmados com o Banco Mundial se estende até 30 de julho de 2008, e o Contrato com o KfW até dezembro de 2009. Atualmente está estimada em R\$ 80 milhões os recursos desse projeto a serem utilizados, valor esse que inclui a contrapartida de 20% do Governo Federal e de 20% dos Executores (Estados, Municípios, IBAMA, ONG).

O Projeto trabalha na Mata Atlântica com a regeneração de áreas estratégicas para obter a conexão de fragmentos florestais ainda existentes (7% da mata original) e na Amazônia, onde o corredor é ainda um contínuo de florestas, na forma de sua manutenção pela utilização sustentável dos recursos naturais. O projeto terminou em 2006 sua primeira fase com a elaboração do planejamento dos dois corredores e seus planos de ação, planejamento de Unidades de Conservação e início de implementação de novos procedimentos de fiscalização. A segunda fase que se estende até 2009 deve levar a implementação inicial de 1,0 milhão de Há em 19 minicorredores no CCMA e pelo menos a duplicação do uso sustentável dos recursos naturais no CCA. O projeto é de execução descentralizada e devido ao período eleitoral, somente em dezembro de 2006 foram firmados convênios com os executores para ações de implementação dos dois corredores, com recursos de 2006 que somam cerca de R\$ 18 milhões.

### ***Programa Áreas Protegidas da Amazônia***

O Programa ARPA demonstrou no período um significativo avanço em relação ao período anterior. Em um ano, no período deste relatório, foram criados cerca de 4,7 milhões de hectares de novas unidades de conservação. As metas de proteção integral para a primeira fase do Programa já haviam sido atingidas, mas cerca de três milhões de hectares de UCs de PI foram criados adicionalmente à meta prevista. Em relação a uso sustentável, no final do período deste relatório faltavam apenas 300 mil hectares de UCs (ou 3%) para o alcance das metas previstas. Com isso, o ARPA está apoiando 30 milhões de hectares de UCs, alcançando 60% de suas metas globais até 2012.

O significativo avanço do ARPA em relação às metas gerou a necessidade de atualizarmos os critérios de priorização de áreas para serem apoiadas. O Programa começou a implementar o processo de atualização do mapa do governo federal das áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade no bioma Amazônia, e elaborou, com o apoio da GTZ, um estudo mostrando a representatividade ecológica e o grau de ameaças das UCs candidatas ao apoio ou apoiadas pelo ARPA. Ao mesmo tempo, as UCs avançam em suas metas.

Entre as novas UCs, o número de UCs com sinalização/demarcação em andamento passou de 10 para 22. O número de planos de manejo concluídos passou de um para quatro, sendo que outros quatro estão em elaboração. O número de conselhos criados passou de dois para quatro, sendo que 20 estão em formação.

Entre as UCs existentes, os avanços principais também estão relacionados com os conselhos consultivos, que passaram de dois para seis, sendo que outros nove estão em formação.

O Fundo de Áreas Protegidas (FAP), também deu um salto significativo, passando de 5,25 para 12 milhões de dólares. Também significativas foram as primeiras doações brasileiras, vindas do setor privado, das empresas Natura e O Boticário, que colaboraram com o ARPA em um esforço pela conservação da Amazônia anunciando doações de um milhão de dólares cada. Além disso, acompanhada pela Comissão de Áreas Protegidas do Funbio, a equipe dos estudos e subprojetos para mecanismos de financiamento complementar de UCs avançou com a elaboração e publicação de um edital para contratação de consultoria pessoa jurídica para desenvolver os estudos jurídicos e técnicos necessários para a proposição de mecanismos inovadores de financiamento. No final do período, o edital estava em fase de seleção das propostas.

Entretanto, duas frentes de trabalho enfrentaram dilemas de atuação no período. O Sistema de Monitoramento da Biodiversidade passou o período em revisão interna e planejamento com auxílio de especialistas, implementando poucas atividades em campo. Os subprojetos comunitários, que avançaram pouco na implementação das áreas já selecionadas e passaram por um processo de reavaliação do modelo.

No âmbito da coordenação e gerência, os progressos foram notáveis, com um entrosamento ainda maior das equipes do MMA e do Funbio, redefinição de alguns fluxos de decisão, aperfeiçoamento do Sistema Gerencial (Cérebro), desenvolvimento de relatórios, entre outras inovações gerenciais.

A Ferramenta de Avaliação da Efetividade da Gestão (Tracking Tool) foi aplicada pela segunda vez, produzindo-se análise comparativa entre o baseline de 2005 e 2006. Para essa aplicação, o Tracking Tool foi aperfeiçoado, adaptado à estrutura do POA do ARPA, e para permitir seu uso para o planejamento estratégico plurianual.

Também foi ativado o Painel Científico de Aconselhamento (PCA), e desenvolvido estudo sobre sobreposições e conflitos entre UCs e Terras Indígenas.

Assim, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) vem se consolidando, alcançando as metas, buscando sempre seu aperfeiçoamento e a excelência gerencial e metodológica, com ousadia e parcerias institucionais importantes.

### ***Ação 09AY – Contribuição à Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional (Ramsar)***

Participação no GT CONAMA "licenciamento ambiental de aquicultura e carcinicultura na zona costeira" - Recomendação 001/2005 solicita o reconhecimento de salgados e apicuns como partes integrantes do ecossistema manguezal.

Concluída primeira fase do diagnóstico das zonas úmidas brasileiras.

Participação na “Reunión Sistema de Humedales Paraguay-Paraná: por un programa de sustentabilidade e do 1 Encuentro de la Cuenca del Plata por una Cultura de agua” (Buenos Aires e Entre Ríos/Argentina, setembro 2006) que teve como objetivo dar continuidade ao processo de desenvolvimento de um Programa de Sustentabilidade para as Zonas Úmidas da Bacia do Prata.

Participação no “I TALLER RED 406 RT0285 – Efectos de los cambios globales sobre los humedales” onde foi apresentada a palestra “A Antártica, mudanças climáticas e influência no Brasil” e discutidos indicadores dos efeitos de mudanças climáticas nos ecossistemas alagados.

## ***Ação 2566 – Conservação e Recuperação da Biodiversidade em Terras***

### ***Indígenas***

Os recursos orçamentários desta ação foram aplicados no desenvolvimento de duas atividades:

1. Projeto Monte Pascoal, que tem por objetivo elaborar e implementar um modelo de gestão ambiental participativa do Parque Nacional Monte Pascoal, integrada com 9 Comunidades Indígenas Pataxó.

2. Elaboração de projeto de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade em Terras Indígenas submetido a aprovação do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

### **Resultados alcançados:**

- reunião de planejamento para a execução da assistência preparatória do projeto de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade em Terras Indígenas
- 2 reuniões de planejamento do grupo de trabalho Monte Pascoal, que tem como finalidade de elaborar, escolher e implementar planos, programas e projetos, dar acompanhamento técnico, captação de recursos e supervisão de prestação de contas do projeto Monte Pascoal.
- O convênio entre o MMA e o Instituto de Pesquisas Sócio Ambientais do Sul da Bahia – IESB compreende seis linhas de ação, sendo elas: 1. Agroecologia e Segurança Alimentar, 2. Agroextrativismo de produtos renováveis, 3. Orientação alimentar e nutricional, 4. Turismo ecológico e cultural, 5. Artesanato Pataxó renovável, 6. Banco de dados do Projeto. Através de sua implementação, os maiores resultados alcançados foram: resgate do plantio de mandioca e queda de significativa do preço da farinha de mandioca no mercado interno das aldeias; resgate da segurança alimentar nas 9 aldeias; discussão aberta e procura ativa de alternativas ao artesanato de madeira de lei nas aldeias; diminuição do número e da intensidade dos focos de fogo florestais desde 2002; nenhum incêndio de grande porte no parque e nas aldeias desde este período; melhor organização das comunidades e intercâmbios entre aldeias e criação de 3 novas associações Pataxó.

### **4) Medidas Adotadas para Sanear Disfunções Detectadas:**

Não foram detectadas disfunções na execução das metas. Porém, não foi possível conveniar os recursos provenientes das emendas parlamentares em decorrência da não apresentação de projetos ou devido às inconsistências técnicas dos projetos analisados.

### 5- Transferências de Recursos (Convênios e outros meios)

* Tipo	Código Siafi / Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data, assinatura, vigência, etc.)	Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido / Transferido no Exercício	Contra - partida	Beneficiário ( Razão Social e CNPJ)	Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE-S/N?)
Convênio	521332	Quarto Termo Aditivo. 02000.003744/2004-43. 24/10/2006, até 31/07/07	Projeto “Viabilização sócioambiental das comunidades indígenas no Entorno do Monte Pascoal”	26/10/2006	361.400,00	104.520,00	56.880,00	Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB)  40.740.391/0001-03	Em andamento
Descentralização de crédito	-	02000.003510/2006-68	Criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral no Bioma Cerrado.	-	110.000,00	110.000,00	0,00	IBAMA, 03.659.166/0001-02	Em andamento

* Tipo	Código Siafi / Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data, assinatura, vigência, etc.)	Objeto da Avença	Data de publicação ou no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido / Transferido no Exercício	Contra - partida	Beneficiário ( Razão Social e CNPJ)	Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE-S/N?)
Descentralização de crédito	-	02000.001295./2001-56	Implementação dos dispositivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, e a salvaguarda do patrimônio biológico brasileiro para as gerações futuras	-	1.570.370,16	1.570.370,16	-	03.723.329/0001-79  <b>Pnud</b>	
Descentralização de crédito	-	02000.003511/2006-11	Consulta Pública junto à população ao longo da BR - 319	-	42.966,16	42.966,16	0,00	Ministério da Defesa/Secretaria de Finanças da Aeronáutica 00394.429/0001-00	Liquidado

<b>* Tipo</b>	<b>Código Siafi / Siasg</b>	<b>Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data, assinatura, vigência, etc.)</b>	<b>Objeto da Avença</b>	<b>Data de publicação ou no DOU</b>	<b>Valor Total Pactuado</b>	<b>Valor Total Recebido / Transferido no Exercício</b>	<b>Contra - partida</b>	<b>Beneficiário ( Razão Social e CNPJ)</b>	<b>Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE-S/N?)</b>
Convênio	551978	02000.005228/2005-34	Monitoramento de Recifes de Coral do Brasil	26/12/2005	284.834,00	126.417,00	26.000,00	<b>IRCOS-</b> Instituto Recifes Costeiro/04.752.840/0001-61	Em andamento
Convênio	572246	Primeiro Termo Aditivo 02000.005040/2005-96 29/12/06 até 31/12/07	Projeto Corredores Ecológicos – Corredor Central da Mata Atlântica no Estado do Espírito Santo	09/01/07	1.081.240,00	756.200,00	325.040,00	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA 05.200.358/0001-81	Em andamento
Convênio	526561	Termo de Convênio 02000.002038/2005-65 09/12/05 até 31/12/06	Projeto Corredores Ecológicos – Corredor Central Amazônia	12/09/05	866.912,40	259.232,40	89.215,00	IBAMA 03.659.166/0001-02	Aguardando prestação de contas



<b>* Tipo</b>	<b>Código Siafi / Siasg</b>	<b>Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data, assinatura, vigência, etc.)</b>	<b>Objeto da Avença</b>	<b>Data de publicação ou no DOU</b>	<b>Valor Total Pactuado</b>	<b>Valor Total Recebido / Transferido no Exercício</b>	<b>Contra - partida</b>	<b>Beneficiário ( Razão Social e CNPJ)</b>	<b>Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE-S/N?)</b>
Convênio	575583	Termo de Convênio 02000.002790/2006-97 14/12/06 até 30/11/07	Projeto Corredores Ecológicos – Corredor Central da Mata Atlântica	15/12/06	700.618,00	488.218,00	212.400,00	Ministério Público do Estado da Bahia 04.142.491/001-66	Em andamento
Convênio	576359	Termo de Convênio 02000.002871/2006-97 15/12/06 até 31/10/07	Implementação de Ações do Projeto Corredores Ecológicos	19/12/06	1.643.519,45	1.476.359,45	167.160,00	Secretaria de Desenvolvimento Sustentáveis e Meio Ambiente 05.532.236/0001-26	Em andamento
Convênio	576972	Termo de Convênio 02000.002870/2006-42 15/12/06 até 30/11/07	Convênio	18/12/06	3.762.196,84	1.497.344,00	377.892,39	Instituto Proteção Ambiental do Amazonas 04.624.888/0001-94	Em andamento

<b>* Tipo</b>	<b>Código Siafi / Siasg</b>	<b>Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data, assinatura, vigência, etc.)</b>	<b>Objeto da Avença</b>	<b>Data de publicação ou no DOU</b>	<b>Valor Total Pactuado</b>	<b>Valor Total Recebido / Transferido no Exercício</b>	<b>Contra - partida</b>	<b>Beneficiário ( Razão Social e CNPJ)</b>	<b>Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE-S/N?)</b>
Convênio	576895	Termo de Convênio 02000.004278/2006-85 15/12/06 até 30/11/07	Apoiar o Monitoramento e Educação Ambiental: Ferramentas para a Conservação	19/12/06	203.954,00	185.592,00	18.362,00	Fundação Vitória Amazônica 34.544.346/0001-72	Em andamento
Convênio	575590	Termo de Convênio 02000.003973/2006-20 14/12/06 até 31/12/07	Implementação de Ações do Projeto Corredores Ecológicos	15/12/06	61.358,00	29.724,00	18.328,00	Universidade Federal da Bahia 19.180.714/0001-04	Em andamento
Convênio	576406	02000.003824/2006-61 15/12/06 até 31/12/07	Implementação de Ações do Projeto Corredores Ecológicos	19/12/06	158.833,60	141.833,60	17.000,00	Instituto de Pesquisas Ecológica - IPE 66.831.233/0001-09	Em andamento

<b>* Tipo</b>	<b>Código Siafi / Siasg</b>	<b>Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data, assinatura, vigência, etc.)</b>	<b>Objeto da Avença</b>	<b>Data de publicação ou no DOU</b>	<b>Valor Total Pactuado</b>	<b>Valor Total Recebido / Transferido no Exercício</b>	<b>Contra - partida</b>	<b>Beneficiário ( Razão Social e CNPJ)</b>	<b>Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE-S/N?)</b>
Convênio	575597	Termo de Convênio 02000.002872/2006-31 14/12/06 até 30/11/07	Implementação de Ações do Projeto Corredores Ecológicos	15/12/06	841.280,00	757.050,00	84.200,00	Agência Florestal de Negócios Sustentáveis do Amazonas 05.594.044/0001-00	Em andamento
Convênio	575578	Termo de Convênio 02000.002830.2006-09 14/12/06 até 30/11/07	Implementação de Ações do Projeto Corredores Ecológicos	15/12/06	521.366,00	468.831,00	52.555,00	Secretaria Municipal do Meio Ambiente 04.365.326/0001-73	Em andamento
Convênio	577135	Termo de Convênio 02000.002791/2006-31 14/12/06 até 30/06/07	Implementação de Ações do Projeto Corredores Ecológicos	18/12/06	304.041,00	126.370,00	31.000,00	Rio Preto da Eva 04.629.697/0001-15	Em andamento

* Tipo	Código Siafi / Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data, assinatura, vigência, etc.)	Objeto da Avença	Data de publicação ou no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido / Transferido no Exercício	Contra - partida	Beneficiário ( Razão Social e CNPJ)	Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE-S/N?)
Convênio	575594	Termo de Convênio 02000.002792/2006-86 14/12/06 até 31/12/07	Implementação de Ações do Projeto Corredores Ecológicos	15/12/06	313.414,00	219.390,00	94.024,00	Centro de Recursos Ambientais 13.220.686/0001-78	Em andamento
Convênio	526561	Termo de Convênio 02000.004363/2005-62 09/9/05 até 31/12/06	Projetos Corredores Ecológicos – Corredor Central da Mata Atlântica do Estado da Bahia	12/09/05	1.170.570,00	672.038,53	0,00	IBAMA/BA 03.659.166/0001-02	Aguardando prestação de contas.

## 6- Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos:

### 6.1 - Demonstrativo do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado:

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado ( ingressos externos)	Contrapartida Nacional	Valor das transferências de recursos*			atingido a conclusão total ou da etapa	
				Motivo **	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
<b>Projeto Corredores Ecológicos/Doação <sup>a)</sup></b>  Fonte: RFT (BIRD - Comunidade Europeia) e KFW	<b>US\$ 50.209.313</b>		<b>US\$ 8.182.062</b>		<b>2006</b>	<b>US\$18.523.436</b>		

#### Observação:

a) O valor total da DOAÇÃO é de US\$50.910.313 foi obtido por conversão dos Recursos Acordados de:

a.1) BIRD – US\$ 9.500.000, valor convertido US\$ 9.500.000

a.2) Comunidade Europeia EUR 7.000.000, valor convertido US\$ 8.505.000

a.3) KFW – EUR 16.361.340, valor convertido US\$ 19.880.000

a. 4) GTZ – EUR 2.479.765, valor convertido US\$ 3.025.3

6.2 – Avaliação crítica dos resultados alcançados nos projetos (inclusive quanto aos objetivos e metas previstos vs. Realizados:

Vide item 3- ação 101V

### **7) Projetos e de Instituições Beneficiadas por renúncia Fiscal**

**Não se aplica**

### **8) Gastos com Cartões de Crédito**

**Não se aplica**

### **9) Informações sobre o Cumprimento das Determinações do TCU e Controle Interno**

9.1 – Caso tenham recebido determinações e recomendações do TCU, especificar:

<b>Número do Acórdão</b>	<b>Descrição da Determinação ou Recomendação</b>	<b>Providências Adotadas pela Unidade</b>
1779/2005 - Primeira Câmara - TCU	2.2. elabore Relatório de Avaliação Global acerca da situação das Unidades de Conservação federais do país, com a utilização dos dados disponíveis no momento, encaminhado o resultado ao Congresso Nacional e a este Tribunal, no prazo de 90 dias, conforme estabelece o art. 51 da Lei 9.985/2000;	O “Relatório de Avaliação Global da situação das unidades de conservação federais do País” foi encaminhado ao TCU por meio do ofício nº 128/2006/SECEX/MMA
<b>Acórdão TCU 3559/2006</b>	9.6 determinar à Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas do que cumpra o disposto nos parágrafos 2º e 3º do art 4º do Decreto nº3751/2001, bem como no art 7º e parágrafo único, quando da contratação de prestadores de serviços, especialmente no que se refere à clareza e ao detalhamento das tarefas a serem realizadas e às tabelas de remuneração.	A Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas- SBF vem cumprindo todos os preceitos e diretrizes do Decreto nº 5.151 de 22 de julho de 2004, que revogou o Decreto nº 3.751/2001.

9.2 - Caso tenham recebido determinações e recomendações do CGU ou das Setoriais de Controle Interno, especificar:

<p><b>Relatório 175267/2006</b></p>	<p>Item 3.1.16.5 – Reiteramos que: “Seja instaurada a Tomada de Contas Especial solicitada pela Comissão de Sindicância que chegou a conclusão de que houve irregularidades no Contrato nº 2002/001272, e tendo em vista que ainda não foi devolvido ao Projeto o valor de R\$ 40.425,00, muito embora tenha sido apurado a responsabilidade, quantificado o pagamento indevido e apontado que houve lesão ao erário público.”</p>	<p>Por meio do Memorando n.º 153/DAP/SBF, de 17 de setembro de 2004, foi encaminhado ao Sr. Secretário de Biodiversidade e Florestas, informações sobre o resultado da análise técnica, aprovando o produto do TDR n.º 79983 BRA/00/021 – PNUD. No referido memorando, foi informado ainda que o <i>site</i> estaria disponível ao público, no prazo aproximado de duas semanas a contar daquela data, o que veio a ocorrer. Dando prosseguimento, o Sr. Chefe de Gabinete informou ao Sr. Subsecretário de Planejamento, Orçamento e administração – SPOA, sua concordância com a provação do produto em 28 de setembro do mesmo ano, por meio do Memorando n.º 378/2004/GAB/SBF/MMA. A providência adotada pela SPOA/MMA, foi a de arquivar o processo, tendo em vista, posicionamento dos técnicos da SBF/DAP/MMA. Cabe ressaltar, que foi dada ciência ao Sr. Secretário Federal de Controle Interno/CGU/PR, por meio do Ofício n.º 470/2004/SPOA/SECEX/MMA, datado de 14 de outubro de 2004.</p>
<p><b>Relatório 175267/2006</b></p>	<p>Item 9.2.1.1 -Que a gerência financeira solicite aos beneficiários de viagens do projeto que enviem à área de gestão administrativa do programa os bilhetes de passagens e/ou cartões de viagens para que possam servir de documentação comprobatória às despesas realizadas com diárias e passagens</p>	<p>Os bilhetes de passagens e/ou cartões de viagens foram solicitados aos beneficiários e todos foram entregues.</p>

**10) Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades em que o dano foi imediatamente ressarcido sem instauração de TCE.**

**Não se aplica**

## **Programa Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros - 1332**

### **1. Objetivos e Metas**

1.1 - Identificação do programa governamental e/ou das ações administrativas do plano de ação do período de que trata as contas:

O Programa Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros- 1332 possui três ações: Gestão e Administração do Programa (2272); Capacitação para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas (2B23); Implantação de Sistema de Gestão para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros (1B47).

1.2 - Descrição do programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários:

**Objetivo geral:** Contribuir para a sustentabilidade das políticas públicas que afetam os biomas cerrado, pantanal, marinho, costeiro, caatinga, mata atlântica e pampa, por meio da implantação de sistemas de gestão integrada e capacitação, a partir das especificidades de cada bioma. Enfoque sistêmico para Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros, garantindo uma abordagem que leva em consideração as especificidades socioculturais, ambientais e territoriais de cada Bioma.

**Objetivos específicos:** definir diretrizes e orientar políticas e programas, tendo como propósito ações que compatibilizem a conservação, a geração de renda, a distribuição da riqueza, a valorização das culturas humanas associadas aos biomas e a promoção da qualidade de vida das populações, com destaque para aquelas que tradicionalmente mantêm forte relação de seus meios de sobrevivência com a biodiversidade local. Conservar e recuperar os Biomas Brasileiros da Mata Atlântica e Pampa, do Cerrado e Pantanal, Caatinga e da Zona Costeira e Marinha.

**Beneficiários:** populações tradicionais, produtores rurais, pescadores, gestores de Unidades de Conservação, governos estaduais e municipais.

### **Ação 1- Implantação de Sistema de Gestão para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas brasileiros**

**Finalidade:** Implantar um sistema de gestão participativa e sustentável no âmbito dos biomas. Este sistema visa gerar informações substantivas sobre os biomas, articular os diversos segmentos de governo e sociedade, de forma a orientar ações específicas relacionadas as suas realidades socioambientais.

**Descrição:** Para cada Bioma serão desenvolvidas atividades específicas baseadas



em quatro componentes centrais: diagnósticos/estudos; monitoramento integrado; articulação; e proposição e acompanhamento de ações e políticas.

### **Ação 2: Capacitação para conservação e uso sustentável dos biomas**

**Finalidade:** Desenvolver ações de qualificação de atores e disseminação de informações sobre os biomas brasileiros, possibilitando aos diversos atores locais (gestores, comunidade, sociedade civil) abordagens orientadas à proteção, conservação e uso sustentável dos biomas.

**Descrição:** Capacitação das comunidades locais, populações tradicionais, gestores públicos e privados e multiplicadores para a execução da gestão ambiental participativa e para a mobilização com vistas ao fortalecimento do capital social e ainda para a integração com os sistemas de monitoramento estaduais existentes e em construção, com enfoque por biomas.

1.3- Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa:

O indicador utilizado para o Programa continua sendo a taxa de remanescente por bioma. Entretanto esse índice ainda não foi finalizado. No momento, o Programa procura estabelecer um índice de referência de incremento da área de cobertura nativa por bioma, considerando a conservação e recuperação no limite das ações propostas pelo Programa em relação às áreas mapeadas em 2006.

- 1- Sistema Implantado
- 2- Pessoas Capacitadas

1.4 - Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária e/ou pactuadas com o supervisor ministerial para o período sob exame nas contas:

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Capacitação para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas (2B23) / pessoa capacitada	350	350	826.781,00	461.566,00
Gestão e Administração do Programa (2272)	<b>Sem Produto/Unidade de Medida</b>		345.309,00	344.994,00
Implantação de Sistema de Gestão para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros (1B47)/ Sistema implantado	25%	26%	1.702.782,00	1.052.781,11

## **2) Indicadores ou Parâmetros de Gestão**

2.1 - Nome do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame nas contas:

1 – Sistema Implantado

2 – Pessoas Capacitadas

2.2 - Descrição (o que pretende medir) e tipo de indicador (de Eficácia, de Eficiência ou de Efetividade):

1 - Componentes do Sistema por Bioma plenamente executados

2 - Pessoa Capacitada por Bioma

2.3 - Fórmula de cálculo e método de medição:

1- Percentual da execução física através da realização dos vários componentes do sistema através da realização de consultorias, convênios, workshops, reuniões de GTs, acordos de Cooperação Técnica, reuniões entre órgãos governamentais nas diversas esferas; elaboração e apoio à implantação de planos, programas, projetos e ações.

2- Pessoas capacitadas por ano em todos os biomas

2.4 - Responsável pelo cálculo/medição:

Ministério do Meio Ambiente

Coordenador - Leonel Graça Generoso Pereira.

## **3) Análise Crítica do Resultado Alcançado:**

3.1 - Identificação do programa, projeto/atividade ou ação administrativa:

***Implantação de Sistema de Gestão para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros (1B47)***

3.2 - Indicadores ou parâmetros utilizados na análise:

Percentual do sistema implantado.

3.3 - Metas físicas e financeira realizadas (valor alcançado):

26% do sistema implantado por ano; valor realizado: R\$1.052.781,11

3.4 - Avaliação do resultado, indicando as causas de sucesso ou insucesso:

Vide item abaixo: Resultados Alcançados

3.1 - Identificação do programa, projeto/atividade ou ação administrativa:

***Capacitação para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas (2B23)***

3.2 - Indicadores ou parâmetros utilizados na análise:

Pessoas Capacitadas

3.3 - Metas físicas e financeira realizadas (valor alcançado):

350 pessoas capacitadas em todos os biomas

3.4 - Avaliação do resultado, indicando as causas de sucesso ou insucesso:

Vide item abaixo

**Resultados Alcançados:**

Foram criados, no âmbito da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, em julho de 2004, os Núcleos dos Biomas: Cerrado e Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica e Pampa, Zona Costeira e Marinha, com o objetivo de integrar e articular as políticas públicas para essas áreas. Foram criados os Grupos de Trabalho dos Bioma: Mata Atlântica - Portaria n.º 221, de 09 de abril de 2003, Bioma Pampa - Portaria n.º 95, Bioma Cerrado - Portaria n.º 361, de 12 de setembro de 2003 e Bioma Caatinga – Portaria n.º 321, de 21 de dezembro de 2004; com representação paritária com membros do governo e da sociedade civil. Previsto a criação do GT Zona Costeira e Marinha;

**Atuações por Núcleo:**

**Núcleo dos Biomas Cerrado e Pantanal:**

***Instalação da Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável – CONACER***  
– A instalação da Comissão ocorreu no dia 04 de abril, na Câmara dos Deputados.

***Encaminhamento de Termos de Referência para a contratação de consultores para diversas atividades, entre elas:***

- Diagnóstico das Atividades Extrativistas no bioma Cerrado;

- Produção de estudos técnicos para obtenção de dados da biodiversidade, sócio-econômicos e institucionais relacionados a áreas de Cerrado, visando fundamentar o processo de criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e de Proteção Integral.

**PEC 115-A/95:** Acompanhamento e participação nas negociações da PEC 115-A (que eleva os biomas Cerrado e Caatinga a patrimônio nacional) no Congresso Nacional, o qual, após 11 anos de tramitação foi aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, em 2 de agosto de 2006, seguindo para o Plenário.

#### ***Criação de Unidades de Conservação:***

Por meio do Decreto de 11 de setembro de 2006 foram criadas as Reservas Extrativistas de Recanto das Araras de Terra Ronca e a de Lago do Cedro, ambas no estado de Goiás, sendo as primeiras RESEX criadas no Cerrado.

#### ***Publicações***

a) Cartaz sobre o Dia Nacional do Cerrado, lançado no Dia Nacional do Cerrado, em 11 de setembro de 2006.

b) Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado.

#### ***Dia Nacional do Cerrado***

Realizada a cada ano na semana do dia 11 de setembro. Este evento é sempre realizado com a participação de organizações de sociedade civil. Este ano, as atividades ocorreram somente no dia 11 de setembro e contou com a participação de várias entidades da sociedade civil, privilegiando a participação de entidades que apóiam o uso sustentável dos recursos do Cerrado. Houve uma feira de produtos do Cerrado, atividades artísticas e culturais, degustação de alimentos produzidos com matéria-prima do Cerrado, além da participação de vários representantes em cerimônia que contou com a presença da Sr<sup>a</sup> Ministra Marina Silva, reunindo centenas de pessoas durante todo o dia.

#### ***Atualização das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade no Cerrado e Pantanal***

No período de 12 a 14 de julho houve a primeira reunião técnica do processo de “Atualização das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade no Cerrado e Pantanal”. No processo, estiveram envolvidos diversos pesquisadores, representantes de ONG's ambientalistas, de movimentos sociais, do setor produtivo e das populações tradicionais, entre outros. Entre os dias 10 e 11 de outubro, em Brasília-DF houve uma segunda reunião técnica de pós-seleção de alvos e metas; entre os dias 20 a 23 de novembro, em Brasília-DF ocorreu a 1ª Reunião Regional, englobando os estados do bioma Cerrado; e, entre os dias 6 e 8 de novembro em Campo Grande- MS, a 2ª Reunião Técnica do bioma Pantanal.

#### **Núcleo do Bioma Caatinga:**

Realização da revisão/atualização das áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade no Bioma Caatinga (principal atuação do Núcleo em 2006).

Acompanhamento dos resultados do projeto “Demonstrações de Manejo Integrado de Ecossistemas e de Bacias Hidrográficas no Bioma Caatinga”.

Estudos e parcerias para a elaboração do Programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade da Caatinga.

Acompanhamento dos processos de criação de unidades de conservação no âmbito do Bioma Caatinga.

Articulações entre os diversos atores públicos e privados num processo de

catalização e convergência de ações voltadas à conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Caatinga..

### **Núcleo dos Biomas Mata Atlântica e Pampa/NAPMA:**

*Realizado acompanhamento dos Projetos bilaterais do KfW- Group com os Estados (RS, SC, PR, SP, RJ e MG) e do Projeto Corredores Ecológicos do PPG7 (BA, ES) no bioma Mata Atlântica; apoio à Secretaria Técnica do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA/PPG7) na elaboração das chamadas de projetos. Estabelecido ponto focal no NAPMA para acompanhar o PDA-Mata Atlântica.*

#### ***Foram criadas novas Unidades de Conservação na Mata Atlântica:***

- Reserva Biológicas das Perobas no Paraná – 8.716 hectares. (mar/2006)
- Parque Nacional dos Campos Gerais no Paraná – 21.373 hectares. (mar.2006)
- Reserva Biológica das Araucárias no Paraná – 14.914 hectares. (mar.2006)
- Refúgio de Vida Silvestre do Rio Tibagi no Paraná – 23.100 hectares. (processo de criação em fase final)
- Refúgio Vida Silvestre dos Campos de Palmas no Paraná – 16.582 hectares. (abr/2006)
- RESEX Canavieiras na Bahia – 100.000 hectares. (jun/2006)

#### ***Foram Realizados estudos para criação de novas Unidades de Conservação na Mata Atlântica:***

1. Estudos para criação de Unidades de Conservação no Sul da Bahia.
  - Estão sendo estudadas 18 áreas - aproximadamente 400.000 hectares.
  - Consultas Públicas de 5 áreas – realizadas em 08 a 10.06.2006
2. Estudos para criação de Corredor Ecológico e Unidades de Conservação na região do Vale do Rio Pelotas e Campos de Cima da Serra – RS/SC
  - Previsão de conclusão agosto 2007
3. Estudos para criação/ampliação de Unidades de Conservação nas regiões do Campo dos Padres e Serra da Abelha em Santa Catarina
  - Consultas Públicas da Serra da Abelha realizadas em 03 e 04.11.06
  - Previsão de conclusão março 2007
4. Estudos para criação de Corredor Ecológico das Araucárias – RS/SC/PR
  - Previsão de conclusão agosto 2007
  - Estudos para criação de RESEX em Cassurubá-BA e Laguna-SC
  - Previsão de conclusão agosto 2007

***Obs: As atividades foram realizadas com recursos do Projeto Mata Atlântica (FAO GCP/BRA/061/WBK- Banco Mundial – RFT), complementados pela contrapartida financeira do Governo Federal.***

1. Articulação institucional com os diversos setores governamentais e não governamentais que atuam na área de domínio dos Biomas Mata Atlântica e Pampa.

2. Realização da revisão/atualização das áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade na Mata Atlântica e Pampa.

3. Criado o Grupo de Trabalho do Bioma Pampa – com a finalidade de oferecer subsídios para a elaboração de programas, projetos e ações e políticas direcionadas à conservação e o desenvolvimento sustentável do referido Bioma.

4. Foram realizadas discussões: O Papel do GT na Conservação da Biodiversidade e Uso Sustentável do Bioma; Atualização das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade e o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP no Bioma Pampa; Mapeamento dos remanescentes de Vegetação nativa do Pampa; criação de Unidades de Conservação; Perspectivas e Propostas para Políticas Transfronteiriças voltadas à conservação e Desenvolvimento Sustentável do Bioma Pampa; Alternativas Econômicas e sustentabilidade; e Impactos Ambientais no Pampa.

### **Núcleo do Bioma Zona Costeira e Marinha:**

#### ***Mapeamento dos ecossistemas e definição de prioridades para conservação e uso sustentável:***

Concluído o mapeamento de ecossistemas da zona costeira e o mapeamento dos recifes de coral da zona marinha, ação que permite o cálculo da área total remanescente de cada um desses ecossistemas: manguezal, restinga, dunas.

Finalizada a Atualização das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Zona Costeira e Marinha. O processo foi concluído por meio da realização de quatro seminários técnicos com a participação de especialistas para subsidiar a elaboração do mapa de importância biológica e sugestão das áreas prioritárias e mais quatro reuniões de consulta à sociedade (representantes dos governos federal, estadual e municipal, de organizações não governamentais, de movimentos sociais, setor produtivo e de desenvolvimento, e do setor acadêmico) para delimitação final das áreas prioritárias, qualificação e sua priorização com relação às ações de conservação e definição de ações necessárias para manutenção de cada um dos polígonos definidos.

As reuniões técnicas e regionais foram realizadas nas quatro regiões políticas brasileiras da zona costeira e marinha: norte, nordeste, sul e sudeste.

#### ***Definição de diretrizes para conservação e uso sustentável por meio de áreas protegidas:***

Conclusão do processo de elaboração do Plano Nacional de Áreas Protegidas e publicação do Decreto nº. 5.758/06, que o instituiu. Este Plano contempla as particularidades da zona costeira e marinha que foram elaboradas pelo grupo de trabalho técnico, criado no âmbito do GT do Plano Nacional.

#### ***Monitoramento de ecossistemas:***

Acompanhamento técnico do Convênio 2005 CV000006 (publicado no DOU em 26/12/05) cujo objeto é o “monitoramento dos recifes de coral em unidades de conservação do Brasil, desde o Rio Grande do Norte ao sul da Bahia, e ilhas oceânicas”. Repassado valor R\$ 126.417,00 em 10/07/2006 para Instituto Recifes Costeiros.

Foi dada continuidade ao acompanhamento técnico do convênio com o Instituto Recifes Costeiros “Programa de Monitoramento de Recifes de Corais Brasileiros - Reef Check”;

Foi lançado e distribuído um vídeo educativo para a divulgação dos princípios de conduta consciente para a visitação destes ambientes, dando continuidade às ações da “Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais”, que visa despertar a atenção e participação, de forma democrática de professores, estudantes, agentes de turismo, entre outros, na conservação dos recifes de corais;

Houveram iniciativas para disseminação do conceito do uso de áreas protegidas como instrumento de gestão pesqueira, envolvendo os setores interessados, principalmente em congressos científicos e em consultas públicas para a criação de unidades de conservação marinhas.

#### **4) Medidas Adotadas para Sanear Disfunções Detectadas:**

Não foram detectadas disfunções na execução das metas. entretanto, na ação Implantação de Sistema de Gestão para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros, foram previstos o valor de R\$500.000,00 na fonte (0195). Os recursos de doação não foram utilizados tendo em vista que o acordo de doação ainda se encontra em fase de negociação e dessa forma o acordo não foi assinado.

**5) Transferências de Recursos (Convênios e outros meios):**

<b>* Tipo</b>	<b>Código Siafi / Siasg</b>	<b>Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data, assinatura, vigência, etc.)</b>	<b>Objeto da Avença</b>	<b>Data de publicação no DOU</b>	<b>Valor Total Pactuado</b>	<b>Valor Total Recebido / Transferido no Exercício</b>	<b>Contra - partida</b>	<b>Beneficiário ( Razão Social e CNPJ)</b>	<b>Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE- S/N?)</b>
Descentralização	-	02000.001295.2001-56	Implementação dos dispositivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, e a salvaguarda do patrimônio biológico brasileiro para as gerações futuras		1.574.406,09	1.574.406,09		03.723.329/0001-79 Pnud	





**6) Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos:**

Não se aplica

**7) Projetos e de Instituições Beneficiadas por renúncia Fiscal**

Não se aplica

**8) Gastos com Cartões de Crédito**

**Não se aplica**

**9) Informações sobre o Cumprimento das Determinações do TCU e Controle Interno**

9.1 – Caso tenham recebido determinações e recomendações do TCU, especificar:

Não se aplica

9.2 - Caso tenham recebido determinações e recomendações do CGU ou das Setoriais de Controle Interno, especificar:

<b>Número do Relatório</b>	<b>Descrição da Determinação ou Recomendação</b>	<b>Providências Adotadas pela Unidade</b>
<b>175267/2006</b>	<b>Ausência de cartões de embarque</b>	<b>Por meio do ofício 219/GAB/SBF de 22/06/2006 foram encaminhados os cartões de embarque ou justificativa que comprove a viagem dos colaboradores</b>
<b>175267/2006</b>	<b>Não devolução de diárias não utilizadas</b>	<b>Por meio do ofício 219/GAB/SBF de 22/06/2006 foram encaminhados os recibos referentes a devolução das diárias não utilizadas .</b>

**10) Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades em que o dano foi imediatamente ressarcido sem instauração de TCE.**

Não se aplica

## Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos (0508)

### 1. Objetivos e Metas

#### 1.1 - Identificação do programa governamental e/ou das ações administrativas do plano de ação do período de que trata as contas:

**O Programa 0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos** têm atuação nacional sendo unidades executoras o MMA, o IBAMA, o FNMA, o JBRJ e o DNOCS. O Programa Biodiversidade tem como principal estratégia a parceria entre o poder público e a sociedade civil na conservação da diversidade biológica, na utilização sustentável de seus componentes e na proteção do conhecimento tradicional associado à biodiversidade

#### **No âmbito do MMA as ações executadas são as seguintes:**

- 0A31 - Apoio à Implantação de Sistemas Comunitários de Conservação e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade;
- 2B07 - Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade;
- 2B61 - Identificação de Espécies da Flora Brasileira de Importância Econômica;
- 2B63 - Mapeamento da Distribuição Geográfica de Parentes Silvestres de Plantas Cultivadas;
- 4978 - Capacitação em Biosegurança de Organismos Geneticamente Modificados, em Combate a Biopirataria, e para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios Derivados (DCBIO e DPG);
- 4981 - Conservação e Uso Sustentável de Polinizadores na Agricultura ;
- 6007 - Monitoramento e Controle de Espécies Invasoras ;
- 4976- Promoção da Repartição de Benefícios Decorrentes do Uso dos Recursos Genéticos e do Conhecimento Tradicional Associado

#### 1.2 - Descrição do programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários:

**Objetivo Geral:** Conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado

**Beneficiários (Público Alvo):** Povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, produtores rurais, setor empresarial, museus e herbários, a academia e a comunidade internacional

## **Objetivos Específicos e Descrição das Ações:**

**0A31 - Objetivo** - incentivar a segurança alimentar nas pequenas propriedades, promovendo a conservação de variedades crioulas de plantas domesticadas ou semi-domesticadas, assim como de sistemas agro-florestais, que incluem espécies destinadas à alimentação animal, à produção de energia e à produção de fitoterápicos, entre outros.

**Descrição:** Serão caracterizados os diferentes sistemas de conservação e uso atual de plantas pelas comunidades rurais. Será, também, promovida a troca de experiências entre as comunidades, de forma sistematizada, gerando a formação de um canal de comunicação entre os partícipes e a promoção da troca de material genético.

Será efetuada parte de forma direta e parte de forma descentralizada, com a captação de recursos financeiros, transferências e parcerias efetivadas após a realização de convênios.

Principais Beneficiários: agricultores familiares e assentados de reforma agrária

**2B07 - Objetivo:** Promover a conservação de espécies da flora e da fauna ameaçadas ou não de extinção e a repartição dos benefícios derivados da utilização da biodiversidade; induzir, por meio de editais e outros instrumentos, a realização de pesquisas, avaliações, a disseminação do conhecimento, bem como o desenvolvimento de projetos demonstrativos; estabelecer parcerias para a incorporação do componente “biodiversidade” nas políticas públicas setoriais; promover a conservação e uso sustentável da biodiversidade de manguezais em áreas protegidas, fortalecendo o SNUC e o quadro legal e institucional direcionado à proteção desse ecossistema.

**Descrição:** Fomento a projetos que visem: 1) a conservação e o manejo sustentável da fauna e da flora, implementando alternativas viáveis de conservação da biodiversidade e de produção sustentável alinhada à conservação ambiental; 2) a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica brasileira, produção e disseminação dos conhecimentos sobre os componentes da biodiversidade, apoio à produção de informações sobre as espécies ameaçadas e espécies exóticas invasoras e à elaboração e implementação de planos de manejo; 4) o fomento a ações políticas e projetos que promovam a transversalidade do componente “biodiversidade” em políticas públicas setoriais; 6) a promoção da criação e gestão integrada de UCs em mosaicos que abriguem manguezais e ecossistemas associados, que contemplem planos de manejo adequados para a zona costeira e marinha e sejam apoiadas por um quadro legal e institucional fortalecido e efetivo.

**2B61 - Objetivo:** Identificar, nas diferentes regiões geopolíticas do país, espécies da flora brasileira, com perspectivas de utilização comercial, tanto em larga escala, como em mercados especiais, riorizando-as e disponibilizando informações, com vista a fomentar o uso direto pelo pequeno agricultor, bem como a criação de oportunidades de investimento pelo setor empresarial.

**Descrição:** Priorização das espécies de plantas promissoras economicamente, confecção de portfólios, em âmbito regional, que apontarão as oportunidades de negócios e, ao mesmo tempo, indicarão lacunas que deverão ser preenchidas. Será estabelecida uma Coordenação Nacional de Plantas do Futuro, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, que, em articulação com Grupos de Trabalho Regional e, ainda, com Equipes de Execução Regional (EER) se encarregarão de identificar as demandas que deverão ser supridas para garantir o andamento dos trabalhos de priorização das espécies de importância econômica.

**2B63 - Objetivo:** Realizar o mapeamento da distribuição geográfica dos parentes silvestres das principais plantas cultivadas no país e promover a conservação da sua variabilidade genética.

**Descrição:** Definição das principais espécies de plantas cultivadas no país, quer seja do ponto de vista alimentar, quer seja industrial e identificado os seus parentes silvestres, seus centros de diversidade genética (primário e secundário) e mapeamento de suas áreas de dispersão. Serão definidas as prioridades de trabalho a serem realizadas para cada parente silvestre selecionado.

**4978 - Objetivo:** Qualificar técnicos das áreas de licenciamento e fiscalização provenientes de órgãos governamentais e de empresas do setor dedicados aos estudos de impacto ambiental de OGMs (transgênicos);

**Descrição:** Organização e realização de cursos em várias localidades do país para técnicos de órgãos públicos e instituições privadas envolvidos com biossegurança.

**4981 - Objetivo:** Promover a conservação e recuperação de espécies nativas de polinizadores em agroecossistemas selecionados dependentes de polinização visando maior sustentabilidade dos agroecossistemas e recuperação do serviço ambiental da polinização.

**Descrição:** Desenvolver projetos demonstrativos de conservação e recuperação de populações de espécies nativas de polinizadores em declínio em paisagens agrícolas. Promover a criação de espécies de polinizadores nativos visando a oferta do serviço de polinização e parcerias entre o setor agrícola e o setor ambiental no desenvolvimento e na disseminação de sistemas sustentáveis de manejo de polinizadores nativos em agroecossistemas selecionados. Promover ações de conservação de fragmentos de ecossistemas naturais em paisagens agrícolas e a avaliação do valor econômico do serviço da polinização em agroecossistemas selecionados.

**6007 - Objetivo:** Garantir o controle sistemático de populações de animais e vegetais silvestres, nativos e exóticos e das espécies da fauna doméstica em estado asselvajado, no meio natural ou alterado, que estejam em situação de descontrole ou em desequilíbrio populacional, assim como orientar o manejo e o controle de espécies da fauna sinantrópica (animais que se beneficiam das modificações ambientais efetuadas pelo homem). Promover o monitoramento das espécies vegetais invasoras, visando a redução da proliferação, minimizando o impacto sobre os ambientes naturais e as espécies da flora nativa. A introdução de espécies exóticas invasoras é a segunda maior causa de ameaça de perda da diversidade biológica no mundo. Portanto, é imprescindível a implantação de medidas visando o seu controle.

**Descrição:** Implementação de ações de monitoramento, contenção de expansão de populações em território nacional, controle e erradicação de populações estabelecidas da fauna e da flora exótica, desenvolvimento de estudos de sua ecologia, definição de métodos de controle e de procedimentos e normas de controle de introdução e manejo que evitem e minimizem seus impactos sobre os ambientes naturais, sobre as espécies autóctones em especial sobre as ameaçadas de extinção. Diagnóstico e plano de manejo de espécies problemáticas, articulação com outros setores da sociedade, elaboração, avaliação e revisão das normas sobre os procedimentos para a destinação, manejo e controle de espécies sinantrópicas.

**4976 - Objetivo:** Buscar-se a repartição de benefícios justa e equitativa dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado no Brasil.

**Descrição:** Desenvolvimento, implantação e operacionalização de mecanismos de repartição de benefícios ; supervisão dos contratos de repartição de benefícios; supervisão do repasse aos Fundos Públicos de parcela de lucros e royalties devidos à União resultantes da exploração econômica dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado.

**1.3 - Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa:**

- 0A31 – Sistema implantado
- 2B07 – Projetos apoiados
- 2B61 – Espécie identificada
- 2B63 – Parente silvestre mapeado
- 4978 – Técnico capacitado
- 4981 – Sítio experimental mantido
- 6007 – Espécie manejada
- 4976 – Contrato de repartição de benefícios firmado.

**1.4 - Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária e/ou pactuadas com o supervisor ministerial para o período sob exame nas contas:**

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Apoio à Implantação de Sistemas Comunitários de Conservação e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade ( Sistemas Implantados)	6	6	2.600.000	1.949.495,00
Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade ( projetos apoiados)	40	24	11.675.000,0	4.741.435,00
Identificação de Espécies da Flora Brasileira de Importância Econômica ( espécies identificadas)	120	220	182.000,00	182.000,00
Mapeamento da Distribuição Geográfica de Parentes Silvestres de Plantas Cultivadas (parentes silvestres mapeados)	80	180	122.000,00	122.000,00
Capacitação em Biosegurança de Organismos Geneticamente Modificados, em Combate a Biopirataria, e para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios Derivados( Técnicos capacitados)	60	40	859.827,00	708.791,00
Conservação e Uso Sustentável de Polinizadores na Agricultura (sítio experimental mantido)	22	5	1.890.000,00	1.670.000,00
Monitoramento e Controle de Espécies Invasoras( espécies manejadas)	20	3	132.000,00	132.000,00
Promoção da Repartição de Benefícios Decorrentes do Uso dos Recursos Genéticos e do Conhecimento Tradicional Associado( Contratos de benefícios firmados)	3	4	466.389,00	418.923,00

## **2) Indicadores ou Parâmetros de Gestão**

### **2.1 - Nome do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame nas contas:**

Programa 0508 - Taxa de Conservação das Espécies Ameaçadas

### **2.2 - Descrição (o que pretende medir) e tipo de indicador (de Eficácia, de Eficiência ou de Efetividade):**

Relação percentual entre o número de espécies classificadas como ameaçadas de extinção e que estão sendo manejadas, e o número total de espécies constantes da lista oficial de espécies em extinção divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente.

### **2.3 - Fórmula de cálculo e método de medição:**

Porcentagem entre o número de espécies ameaçadas de extinção existentes na Lista Oficial de espécies ameaçadas de extinção, publicada por portaria do MMA, e o número de espécies ameaçadas que se encontram sendo manejadas, de acordo com o Ibama e o MMA.

### **2.4 - Responsável pelo cálculo/medição:**

Braulio Ferreira de Souza Dias – gerente de conservação da biodiversidade do MMA

## **3) Análise Crítica do Resultado Alcançado:**

### **3.1 - Identificação do programa, projeto/atividade ou ação administrativa:**

0A31 - Apoio à Implantação de Sistemas Comunitários de Conservação e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade

2B07 - Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade

2B61 - Identificação de Espécies da Flora Brasileira de Importância Econômica

2B63 - Mapeamento da Distribuição Geográfica de Parentes Silvestres de Plantas Cultivadas

4978 - Capacitação em Biosegurança de Organismos Geneticamente Modificados, em Combate a Biopirataria, e para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios Derivados (DCBIO e DPG)

4981 – Conservação e Uso Sustentável de Polinizadores na Agricultura

6007 - Monitoramento e Controle de Espécies Invasoras (sem IBAMA)

4976- Promoção da Repartição de Benefícios Decorrentes do Uso dos Recursos Genéticos e do Conhecimento Tradicional Associado

### **3.2 - Indicadores ou parâmetros utilizados na análise:**

- 0A31 – Sistema implantado
- 2B07 – Projetos apoiados
- 2B61 – Espécie identificada
- 2B63 – Parente silvestre mapeado
- 4978 – Técnico capacitado
- 4981 – Sítio experimental mantido
- 6007 – Espécie manejada
- 4976 – Contratos de benefícios firmados

### **3.3 - Metas físicas e financeira realizadas (valor alcançado):**

0A31 - Apoio à Implantação de Sistemas Comunitários de Conservação e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade- Realizado 6 Sistemas implantados - Valor: R\$ \$1.949.495,00

2B07 - Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade – (projeto apoiado/unidade) 24 projetos apoiados – Valor realizado = R\$ 4.721.395,00

2B61 - Identificação de Espécies da Flora Brasileira de Importância Econômica - Realizado – 220 espécies identificadas e Valor: R\$ 182.000,00

2B63 - Mapeamento da Distribuição Geográfica de Parentes Silvestres de Plantas Cultivadas .- Realizado – 180 parentes silvestres mapeados e Valor: R\$ 122.000,00

4978 - Capacitação em Biosegurança de Organismos Geneticamente Modificados, em Combate a Biopirataria, e para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios Derivados (DCBIO e DPG)- Realizado (40 Técnicos capacitados) Valor: R\$ 708.791,00

4981 - Conservação e Uso Sustentável de Polinizadores na Agricultura (sítio experimental mantido) – 5 sítios experimentais mantidos - Valor realizado = R\$ 1.670.000,00

6007 - Monitoramento e Controle de Espécies Invasoras (sem IBAMA)- Realizado - 3 espécies manejadas e Valor: R\$ 132.000,00

4976 - Promoção da Repartição de Benefícios Decorrentes do Uso dos Recursos Genéticos e do Conhecimento Tradicional Associado - 4 contratos de benefícios firmados e valor : R\$ 418.923,00



### 3.4 - Avaliação do resultado, indicando as causas de sucesso ou insucesso:

**0A31** – Dentre os compromissos assumidos pela DCBIO/SBF/MMA de implementar 12 CIMAs em 2006, considerou-se que foram implantados seis por tratarem-se de projetos que dependiam tão somente da assinatura dos Convênios com vistas a liberação dos recursos; três necessitavam de ajustes e outros três de complementações mais significativas. Entretanto, devido a Acórdão do TCU, optou-se em não se efetivar os Convênios, para que uma reavaliação dos mesmos possa ser feita, afim de se encontrar o melhor formato a partir de uma discussão com o TCU. A DCBIO também publicou Termo de Referência visando contratação de um Consultor para apresentar proposta de Programa Nacional de Agrobiodiversidade – PNA, com base nas demandas da sociedade civil e dos ministérios envolvidos com o tema.

Ainda no âmbito desta ação, com relação às '**Plantas Medicinais e Fitoterápicos**' ocorreu: participação ativa no GTI responsável pela elaboração do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, coordenado pelo Ministério da Saúde; realização, em parceria com MDA/INCRA, MAPA e MS, da Oficina sobre Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Povos e Comunidades Tradicionais para o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, no âmbito do GTI; acompanhamento da implementação do Protocolo de Intenções da Agrotec, formalizado por Portaria do MS, com objetivo de definir e desenvolver as atividades necessárias para sua consolidação

**Com relação aos Sistemas Agroflorestais - SAFs e os Serviços Ambientais, Biodiesel e Mudanças Climáticas + MDL**, tendo em vista a correlação direta entre esses SAFs fomentados no âmbito dos CIMAs como alternativa de renda, recuperação de áreas degradadas e/ou para recomposição de passivos ambientais, a gerência têm acompanhado Seminários, Reuniões que tratam os temas citados.

A área temática do **Agroextrativismo** Sustentável e seu público beneficiário direto, os Povos e Comunidades Tradicionais, tiveram a participação de assessores técnicos da especializados da DCBIO na organização e auxílio em quatro (das cinco) Oficinas de Trabalho (coordenadas pelas SDS) realizadas com o objetivo de formulação da proposta de Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

2B07 – O Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO) teve sua execução finalizada em 2006. Foi realizada uma avaliação do projeto que considerou que o Projeto obteve significativos impactos nas políticas voltadas para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade e, portanto, na implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica. No total 144 projetos foram apoiados e a totalidade de recursos existentes foram utilizados. Tomando como universo os 144 subprojetos apoiados nos dez anos de atuação, os resultados destes consistem nas seguintes atividades de pesquisa, produção e divulgação científica: 648 bolsistas apoiados com bolsas de pesquisa do CNPq; 216 bancos de dados criados; 25 livros publicados; 33 capítulos de livros publicados; 202 artigos publicados em revistas especializadas; 13 vídeos produzidos; 52 cartilhas e manuais produzidos; 411 apresentações de resumos em eventos científicos; 10 prêmios recebidos em diferentes categorias. Houve, assim, uma grande capacitação de pessoal voltada para a conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira e uma ampla divulgação dos resultados obtidos pelos projetos apoiados. O Banco

Mundial avaliou a execução do projeto como satisfatória e o mesmo foi finalizado. Havia a expectativa de que o novo projeto (Probio II) tivesse início de execução em 2006. As negociações, porém exigiram mais tempo de planejamento e, portanto, os projetos que se esperavam tivessem a execução iniciada em 2006 não puderam ser iniciados. Sendo assim apenas os projetos que se encontravam vigentes no âmbito do Probio (original) foram executados e finalizados em 2006.

Ao longo de 2006 foi realizado um amplo trabalho relacionado à revisão da Lista das Espécies da flora Brasileira Ameaçadas de Extinção. Para tanto, está sendo efetuada, por parte do MMA e do IBAMA, uma criteriosa análise das fichas de dados das espécies propostas para fazerem parte da nova lista, conforme resultado do Workshop técnico coordenado pela Biodiversitas, em 2005. As espécies com dados suficientes deverão fazer parte da nova lista a ser editada no início de 2007.

2B61 – Esta ação que observe também aporte financeiro do Probio, permitiu o levantamento das espécies de valor econômico atual e potencial em cada uma das cinco regiões geopolíticas do País. Por meio da realização de Seminários Regionais foram priorizadas as espécies com possibilidade de uso direto, bem como para investimento pelo Setor Empresarial. Em 2006 foram lançadas somente 220 espécies identificadas, em que pese o número total de espécies listadas foram de 775, as quais deverão fazer parte de um livro a ser editado em 2007.

2B63 – Também desenvolvido com apoio do Probio, esta ação está gerando informações relativas à distribuição geográfica, situação de conservação *in situ*, *ex situ* e *on farm* e as medidas necessárias para a manutenção das variedades crioulas e de cada parente silvestre das espécies de plantas cultivadas. Em uma primeira etapa, esta iniciativa tratou do *algodão*, *amendoim*, *arroz*, *cucúrbitas*, *mandioca*, *milho* e *pupunha*. Uma publicação, lançada durante a COP8, já foi produzida a partir desta ação.

4978 – Neste ano de 2006, a Comissão de Biossegurança em Meio Ambiente, que conta com representantes do MMA, IBAMA e Jardim Botânico se reuniu várias vezes para analisar matérias de biossegurança de OGM, em especial os processos e Resoluções Normativas da CTNBio. Os representantes do MMA na CTNBio atuaram de maneira responsável, comparecendo a todas as reuniões - exceto uma - e relatando processos. Neste ano a CTNBio analisou e decidiu sobre 430 processos. Cabe ressaltar que o MMA participou ainda de uma Sub-comissão extraordinária encarregada de realizar a revisão das Instruções Normativas, tendo-se revisadas 7 delas. Ainda em 2006 foi criada uma página na Internet com legislação em vigor no país e artigos científicos sobre os OGM ([www.mma.gov.br/biosseguranca](http://www.mma.gov.br/biosseguranca)). A realização dos cursos de capacitação em biossegurança de OGMs foram postergadas para 2007 tendo em vista a necessidade de agregar o novo marco regulatório da matéria, recentemente aprovado pelo Congresso Nacional.

4981 – Foram apoiados 5 projetos por meio do Probio. Estes projetos detalharam como se dá a polinização de algumas espécies de interesse econômico. Foram elaborados guias para os produtores manejarem sustentavelmente os polinizadores de suas culturas. Havia a expectativa de que o novo projeto (Iniciativa Brasileira de Polinizadores) tivesse início de execução em 2006. As negociações com o GEF e a FAO, porém exigiram mais tempo de planejamento e, portanto, os projetos que se esperavam tivessem a execução iniciada em 2006 não puderam ser iniciados. Sendo assim apenas os projetos que se encontravam vigentes no âmbito do Probio (original) foram executados e finalizados em 2006.

6007 – Por ocasião da solenidade do Dia Internacional da Biodiversidade (22 de maio) foi assinado Memorando de Entendimento entre o Ministério do Meio Ambiente e o Programa Global de Espécies Invasoras – GISP, com sede na África do Sul. Em agosto foi aprovada, no âmbito da CONABIO, a Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Exóticas Invasoras. Durante a COP8 foi lançada uma publicação com informações sobre as ações que estão sendo empreendidas pelo MMA nesse tema.

4976 - Meta cumprida 25% acima do preconizado no PPA 2004/2007.

#### **4) Medidas Adotadas para Sanear Disfunções Detectadas:**

4.1 - Identificação do programa, projeto/atividade ou ação administrativa:

2B07 - Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade

4981 - Conservação e Uso Sustentável de Polinizadores na Agricultura

6007- Monitoramento e Controle de Espécies Invasoras( espécies manejadas)

4978- Capacitação em Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados, em Combate a Biopirataria, e para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios Derivados( Técnicos capacitados)

4.2 - Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados:

2B07 e 4981 -As negociações entre o Governo Brasileiro e os órgãos internacionais doadores exigiram mais tempo que o esperado.

6007- Problemas relacionados à pessoal que assumiram atividades em outras instituições e de ordem financeira são os principais elementos que prejudicaram a viabilidade do alcance e das metas originais.

4978- O servidor responsável pela organização do curso de biossegurança de OGMs solicitou desligamento do MMA e não foi substituído na função a tempo de viabilizar a realização do curso previsto para o estado do Mato Grosso. A saída de outro servidor da Gerência sobrecarregou as atividades dos servidores que permaneceram. Por outro lado, servidores da gerência foram indicados para o grupo de Medicinais o que também prejudicou esta ação.

4.3 - Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:

2B07 e 4981 -Foram intensificadas as negociações com os órgãos doadores, de modo a viabilizar as assinaturas dos acordos de doação no exercício de 2007.

6007- O MMA está finalizando a elaboração de uma Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras, por meio da qual espera-se viabilizar um melhor controle e especialmente o monitoramento dessas espécies nos diferentes ecossistemas do país. Além disso, o MMA trabalha para viabilizar estruturas regionais e estaduais como elementos auxiliares ao controle e monitoramento, em adição às parcerias previstas com órgãos governamentais e não-governamentais.

4978- Resolvido as questões relacionadas aos servidores já está prevista a realização de pelo menos dois cursos de capacitação em biossegurança de OGMs (Mato Grosso e Rio Grande do Sul), em 2007, que possibilitarão cumprir as metas acima do previsto no ano, recuperando assim o não realizado em 2006.

4.4 - Responsáveis pela implementação das medidas:

Dirigentes e técnicos do MMA, representantes das agências implementadoras e dirigentes e técnicos do Ministério do Planejamento.

6007 - Eng. Agr. Lídio Coradin

4978- Eng. Agrônomo Luiz Carlos Balcewicz – Assessor Técnico Especializado da DCBIO/SBF/ma e Rubens Onofre Nodari – Gerente de Recursos Genéticos.

## **5) Transferências de Recursos (Convênios e outros meios):**

* Tipo	Código Siafi / Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data, assinatura, vigência, etc.)	Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido / Transferido no Exercício	Contra - partida	Beneficiário ( Razão Social e CNPJ)	Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE- S/N?)
Convênio	522805	02000.002493/2004-80	Projeto "Centro de Resgate e Conservação de Variedades Crioulas e de Valorização das Questões de Gênero"	20/09/2006	253.940,00	98.030,00	45.000,00	ACAP - Associação Regional de Cooperação Agrícola do Ponta	
Convênio	428764	02000.007607/2001-35 Ass: 17/12/2001 Vig: 31/12/2006 Processo:	Desenvolvimento da segunda fase do PROBIO, parte integrante do PRONABIO, com recursos financeiros provenientes do GEF, nos termos do acordo de Doação nº TF 28309, bem como recursos do Tesouro Nacional.	18/12/2001	R\$ 35.000.000,00	R\$ 756.128,40	R\$ 756.128,40	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  (33.654.831/0001-36)	Finalizado em 31/12/2006 com 100% de execução, no 12º Termo Aditivo  TCE - Não
Convênio	551880	02000.005337/2005-51	Polo Biotecnológico da Mata Atlântica do Vale do Ribeira	07/12/2006	251.140,00	113.900,00	51.840,00	FUNEP - Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão / 50.511.286/0001-48	

<b>* Tipo</b>	<b>Código Siafi / Siasg</b>	<b>Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (n° do processo e do termo, data, assinatura, vigência, etc.)</b>	<b>Objeto da Avença</b>	<b>Data de publicação no DOU</b>	<b>Valor Total Pactuado</b>	<b>Valor Total Recebido / Transferido no Exercício</b>	<b>Contra - partida</b>	<b>Beneficiário ( Razão Social e CNPJ)</b>	<b>Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE- S/N?)</b>
Descentralização		02000.002844/2006-14				35.000,00		Ibama	
Descentralização		02000.001295.2001-56	Implementação dos dispositivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, e a salvaguarda do patrimônio biológico brasileiro para as gerações futuras			5.685.793,14		03.723.329/0001-79 Pnud	

**6) Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos:**

6.1 - Demonstrativos do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado:

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)	Contrapartida Nacional	Valor das transferências de recursos*			a conclusão total ou da etapa	
				Motivo **	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
TF 28309 – Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO)– apoio ao governo na implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica – GEF (Fundo Mundial do Meio Ambiente) por meio do Banco Mundial.	US\$ 20.000.000		US\$ 10.000.000	Convenio	US\$ 1.618,006,09	US\$ 20.000.000,00	O Projeto foi finalizado	

6.2 – Avaliação crítica dos resultados alcançados nos projetos (inclusive quanto aos objetivos e metas previstos vs. realizados:

O Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO), resultante do Acordo de Doação TF 28309 teve sua execução finalizada em 2006. Este Projeto apoiou no total 144 projetos e a totalidade recursos existentes foram utilizados. Com relação ao Probio a totalidade de projetos previstos foram apoiados. O MMA, porém, pretende manter o apoio a novos projetos utilizando recursos orçamentários para este fim. Deste modo, as atividades apoiadas pelo Probio poderão ter continuidade e colaborar para que aumento o conhecimento sobre a biodiversidade brasileira.

Era esperado que no exercício de 2006 o novo projeto a ser desenvolvido com novos recursos de doação do GEF, denominado “Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade – Probio II” tivesse a assinatura do Acordo de Doação firmado. Porém as negociações envolvendo todos os parceiros do Projeto e o Banco Mundial demandaram um tempo maior e, portanto, não foi assinado o Acordo de Doação. Estão sendo finalizados neste momento as negociações necessárias para que seja selecionado o agente implementador do Projeto e possa ser feita a reunião de “Appraisal” pelo Banco Mundial e posteriormente a reunião de negociação do Acordo. É esperado que a execução do Projeto seja iniciada no segundo semestre de 2007.

O novo projeto (Iniciativa Brasileira de Polinizadores) tinha previsão de início em 2006. As negociações com o GEF e a FAO, porém exigiram mais tempo devido a mudanças de calendário do GEF que transferiu para junho de 2007 a data de submissão de projetos de sua etapa IV. Portanto, os subprojetos que se esperavam tivessem a execução iniciada em 2006 não puderam ser iniciados.

## **7) Projetos e de Instituições Beneficiadas por renúncia Fiscal**

Não se aplica

## **8) Gastos com Cartões de Crédito**

Não se aplica

## **9) Informações sobre o Cumprimento das Determinações do TCU e Controle**

**Interno**

9.1 – Caso tenham recebido determinações e recomendações do TCU, especificar:



Número do Acórdão	Descrição da Determinação ou Recomendação	Providências Adotadas pela Unidade
Acórdão TCU 3559/2006	<p><b>Item 9.7 – determinar ao Diretor Nacional do Projeto BRA/00/021 que:</b></p> <p><b>9.7.1 – verifique antes de qualquer contratação de pessoal se existem condições de trabalho além de recursos físicos e tecnológicos necessários à consecução das atribuições dos profissionais a serem contratados, procedendo à contratação somente após garantir a possibilidade de realização das atividades acordadas</b></p>	<p><b>9.7.1.</b> A SBF tem, regularmente, adotado o critério de contratar serviços de consultoria apenas após verificar a existência de infraestrutura necessária à realização dos serviços a serem contratados.</p>
Acórdão TCU 3559/2006	<p><b>9.7.2 – adote providências no sentido de que a documentação comprobatória das despesas realizadas seja devidamente identificada com os dados dos convênios, em observância ao disposto na IN/STN nº1/1997, sob pena de não ter validade como suporte documental;</b></p>	<p>9.7.2- Em acréscimo as disposições constantes das cláusulas dos Termos de Convênio celebrados com os executores, da referência à IN 01/97-STN, a Secretaria Técnica do Probio orienta os executores em seus treinamentos e na realização de monitorias sobre a exigência da identificação com o número do convênio em todos documentos de comprovação de gastos.</p> <p>A Secretaria Técnica do PROBIO reiterou o referido procedimento no Ofício Circular nº 180/PROBIO de 18/08/2003, encaminhado a todos os executores e solicitou, nos casos apontados a sua regularização.</p>
Acórdão TCU 3559/2006	<p><b>9.7.3 – aprimore o controle dos saldos aplicados e devolvidos à conta do Tesouro Nacional, procedendo aos ajustes necessários nos registros dos investimentos, para que os demonstrativos apontem os recursos efetivamente aplicados na categoria “subdoações”, informando ainda nas notas explicativas se os saldos devolvidos estão sendo reaplicados no Projeto;</b></p>	<p>9.7.3- Atendendo a recomendação da auditoria, os controles das devoluções foram efetuados e os registros de investimentos devidamente atualizados com estas informações de forma a retratar o efetivo investimento nos subprojetos. Os recursos referentes às devoluções foram reaplicados no Projeto até a regularização da devolução dos recursos ao Banco Mundial ou substituição de despesas. Para os novos Projetos tais controles serão mantidos e aprimorados.</p>

Número do Acórdão	Descrição da Determinação ou Recomendação	Providências Adotadas pela Unidade
Acórdão TCU 3559/2006	<p><b>9.7.4 – apure a realização no âmbito do subprojeto “Conservação da biodiversidade do recife das Timbebas”, por força do convênio celebrado com a intermediação do CNPq, de despesa de natureza não prevista no respectivo plano de trabalho, relacionada à compra de equipamentos, bem como de produtos alimentícios e de limpeza em período próximo ao final da execução do subprojeto, adotando, se for o caso, as providências necessárias com vistas à instauração de tomada de contas especial;</b></p>	<p>9.7.4- Na prestação de contas encaminhada à Secretaria Técnica do PROBIO, constava o referido material permanente como material de consumo, bem como da descrição e quantidade do material adquirido demasiadamente, não propiciando a detecção da impropriedade. Foi encaminhado ofício ao CNPq para que solicitasse a referida justificativa e a devolução dos recursos, se fosse o caso. A Secretaria Técnica do PROBIO reiterou no Ofício Circular nº 180/PROBIO de 18/08/2003, encaminhado a todos os executores, que a realização das despesas obedeça ao estabelecido no POA e que as mesmas devam ser compatíveis em quantidade e especificidade com as atividades desenvolvidas para a execução do subprojeto.”Mediante o envio do ofício nº 1556-2003 SEP/COFIN/CNPq, de 09 de dezembro de 2003 (cópia anexa) foi solicitado ao representante legal do Instituto Conservation International do Brasil a devolução de R\$ 6.890,83 (seis mil e oitocentos e noventa reais e oitenta e três centavos) - valores atualizados à época - ao qual, em resposta, o Instituto Conservation International do Brasil apresentou uma justificativa para as despesas, em documento datado de 19 de janeiro de 2004 (cópia anexa). A Secretaria Técnica do Probio acatou a justificativa de que se tratava de material de mergulho enquadrado como material de consumo pela Portaria nº 448/STN, evidenciando que não houvesse utilização de recursos em categoria de despesa diferente da existente no plano de trabalho do convênio. O Instituto Conservation International do Brasil justificou ainda que a aquisição de material de consumo de limpeza e de alimentos ocorreria ao longo do desenvolvimento do projeto “Conservação da Biodiversidade do Recife de Timbebas – PARNAM dos Abrolhos”, e que apenas o pagamento é que ocorreria em data próxima ao do término do Projeto.</p>
Acórdão TCU 3559/2006	<p><b>9.7.5 – providencie, caso ainda não tenha feito, no prazo de 30 (trinta) dias a cobertura de seguro para o veículo adquirido no âmbito do subprojeto “Biologia parâmetros populacionais e análise do comércio de cavalos marinhos”;</b></p>	<p>9.7.5- A Secretaria Técnica do PROBIO solicitou providências para a contratação de seguro do automóvel citado por meio do Ofício nº 182/PROBIO de 18/08/2003, encaminhado ao executor, estando atualmente assegurado.” (cópia em anexo). Como informação complementar cabe ressaltar que o veículo foi doado a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em 05 de agosto de 2005, conforme publicado no DOU de 05/09/2005, página 81, seção 3 (veja cópia do processo de doação em anexo).</p>

Número do Acórdão	Descrição da Determinação ou Recomendação	Providências Adotadas pela Unidade
<p><b>Acórdão TCU 3559/2006</b></p>	<p><b>9.7.6 – providencie o recolhimento dos valores não comprovados pelos gestores do subprojeto “Avaliação e ação prioritárias para a zona costeira e marinha”;</b></p>	<p>9.7.6- O Convênio de Nº 68.0140/98-4, firmado com a Fundação BIO-RIO que tem por objetivo desenvolver o subprojeto “Avaliação e Ações Prioritárias para a Zona Costeira e Marinha”, foi inicialmente firmado no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), suplementado pelo 3º Termo Aditivo em R\$ 101.812,72 (cento e um mil, oitocentos e doze reais e setenta e dois centavos), totalizando R\$ 401.812,72 (quatrocentos e um mil, oitocentos e doze reais e setenta e dois centavos). O CNPq repassou para a convenente os valores que totalizam o valor de R\$ 406.636,49. Os gastos realizados pela convenente e que foi prestado contas totalizam R\$401.036,42. Os rendimentos de aplicação no mercado financeiro totalizaram R\$ 3.260,81. As devoluções feitas à conta do CNPq, referente às devoluções dos valores repassados e dos rendimentos provenientes de aplicação financeira totalizam R\$ 8.859,62. O valor referente à R\$ 4.982,74, foi devolvido para a conta única e foi solicitada ao CNPq a reversão para as fontes do PROBIO. Com isso o valor foi repassado para a conta do projeto sem alterar o valor firmado pelo convênio. A devolução de R\$ 3.859,25 (R\$ 3.515,79 + R\$ 343,46) foi contabilizada da seguinte forma: R\$ 599,70 referente à devolução de recursos concedidos através da fonte 0195001193, e a diferença no valor de R\$ 3.259,55, referente a rendimentos provenientes da aplicação no mercado financeiro.</p> <p>O Memorando SEPCO/COFIN Nº 1550, de 08 de agosto de 2003, registra a devolução de R\$ 17,63, contabilizando da seguinte forma: R\$ 16,47 referente à devolução de recursos concedidos através da fonte 0195001193, e a diferença no valor de R\$ 1,16 referente ao saldo dos rendimentos provenientes da aplicação no mercado financeiro.</p> <p>Como a devolução no valor de R\$ 4.982,74 em 20/07/2000, ocorreu durante a execução do convênio, este passou a ter o referido montante acrescido ao seu saldo a ser desembolsado. Os demais desembolsos efetuados até o final da vigência do convênio somaram R\$ 113.239,55 totalizando efetivamente R\$ 401.653,75 repassados, deixando-se de desembolsar R\$ 158,97.</p>
<p><b>Acórdão TCU 3559/2006</b></p>	<p><b>9.7.7 – observe os valores e o cronograma estipulados nos termos dos convênios e respectivos aditivos quando da liberação de recursos.</b></p>	<p>9.7.7- Os recursos disponibilizados para serem aplicados nos subprojetos são previstos nos Planos Operativos Anuais (POA), documentos formatados pelo Banco Mundial contendo a descrição das despesas a serem realizadas em suas atividades/tarefas. Baseado do POA é elaborado o respectivo Plano de Trabalho. Todavia faz-se necessárias alterações no POA durante a execução dos subprojetos, que são devidamente aprovados pela Secretaria Técnica do PROBIO, podendo isto gerar divergências do Plano de Trabalho originalmente aprovado, conforme o constatado na auditoria.</p> <p>A fim de evitar estas divergências estão sendo, atualmente, consideradas as alterações no POA, na elaboração dos Planos de Trabalho visando a sua compatibilidade como o POA.</p>

Número do Acórdão	Descrição da Determinação ou Recomendação	Providências Adotadas pela Unidade
Acórdão TCU 3559/2006	Item 7. 9.10 – determinar à Direção do Projeto BRA 097/G031 que ao contratar profissionais para a realização de atividades de consultoria, cumpra o disposto no § 2º do art. 4º do Decreto nº 3751/2001, especialmente em relação ao detalhamento dos serviços técnicos a serem desenvolvidos.	7.9.10- Cabe esclarecer que o Projeto BRA 97/G31, foi finalizado em setembro de 2005. No período entre 2002 e a data de finalização do Projeto, as contratações de serviços de consultoria seguiram as recomendações feitas pela Secretaria Federal de Controle de modo que as atividades e produtos esperados fossem adequadamente detalhados. Todos os demais Projetos existentes no âmbito desta Secretaria vem cumprindo todos os preceitos do Decreto nº 5.151 de 22 de julho de 2004, que revogou o Decreto nº 3.751/2001.

9.2 - Caso tenham recebido determinações e recomendações do CGU ou das Setoriais de Controle Interno, especificar:

Relatório de Auditoria 2006	Descrição da Determinação ou Recomendação	
Relatório CGU 181573	Item 3.1.15.2 - Que seja atendida a recomendação exarada no relatório anterior, ou seja, deve o Projeto enviaar esforços para obter da empresa o pagamento dos valores devidos, devendo ser apurada a responsabilidade de quem deu causa ao prejuízo, já que, conforme disposto no Manual de Execução Nacional, art. 2.30: “Compete à Direção Nacional do Projeto: ... (b) responder pela execução...”!	Foram enviados à empresa ofícios nºs 102/2005/DCBIO/SBF/MMA , de 19 de setembro de 2005; 118/2006/DCBIO/SBF/MMA, de 2 de outubro de 2006 e 026/2007/DCBIO/SBF/MMA, de 7 de fevereiro de 2007 solicitando o ressarcimento dos valores devidos, porém, até o presente momento a empresa não se manifestou.

Relatório de Auditoria 2006	Descrição da Determinação ou Recomendação	
Relatório CGU 181573	Item 3.1.17.1 – Recomendamos ao gestor que observe rigorosamente o disposto no Manual de Convergência de Normas Licitatórias do PNUD, bem como na Lei nº 8.666/1993 e Decisão TCU supracitada, sob pena de, persistindo o fato apontado, responder, solidariamente, pelo ato administrativo impróprio.	A recomendação foi acatada. A Diretoria passou a adotar o que dispõe a Lei e a Decisão, em referência, que versam sobre a obrigatoriedade na admissão da adjudicação por itens e não por preço global. Cópia da recomendação foi enviada para o Grupo de Apoio a Projetos – GAP/MMA responsável pela condução de licitações acima de US\$ 1.000,00
Relatório CGU 175267	<p>Item 3.1.1.2 – Que o Projeto providencie a elaboração do Relatório de Progresso conforme o que determina o Manual do Ministério das Relações Exteriores</p> <p>Item 3.1.7.1 Em nossos exames verificamos que o Projeto mantém uma estrutura organizacional inadequada e falha para o alcance de seus objetivos operacionais. Com relação ao controle interno mantido pela Coordenação do Projeto verificamos que o mesmo se apresenta deficiente, haja visto as constatações evidenciadas nos itens 3.1.1.2, 3.1.15.1, 3.1.15.2 e 3.1.16.5</p> <p>Item 3.1.13.1 – Que o Projeto solicite ao PNUD o CDR, tendo em vista que este é responsável por sua elaboração (sendo rápida sua obtenção por meio do sistema do PNUD).</p>	<p>O Relatório de Progresso foi concluído e enviado à ABC por meio do Ofício nº 146/2006/SBF/MMA e ao Pnud, por meio do ofício nº 147/2006/ SBF/MMA, ambos do dia 11/07/2006.</p> <p>A Secretaria de Biodiversidade e Florestas está criando um “Núcleo de Administração de Projetos” que irá coordenar todas as atividades da Secretaria e deve sanear as deficiências de coordenação apontadas no Relatório de Auditoria.</p> <p>O CDR foi enviado em anexo ao Ofício nº 125/2006/SBF/MMA de 23 de junho de 2006</p>

Relatório de Auditoria 2006	Descrição da Determinação ou Recomendação	
	<p><b>Item 3.1.14.1 – Que o Projeto cumpra e faça cumprir o que determina o Manual de Execução Nacional.</b></p> <p><b>Item 3.1.15.1 – Que o Projeto adote medidas para o recolhimento dos valores pagos em diárias sem comprovação, por se tratar de despesas sem suporte documental; e que sejam apresentados em todos os processos de pagamento de diárias os bilhetes de embarque a fim de comprovar a realização da viagem, conforme determina o Manual de Execução Nacional.</b></p> <p><b>Item 3.1.15.2 – Que o Projeto adote medidas para o recolhimento dos valores pagos em diárias não utilizadas, conforme determina o Manual de Execução Nacional.</b></p>	<p>O Projeto vem cumprindo o que determina o Manual de Execução Nacional</p> <p>Dentre as pessoas elencadas no quadro de valores pagos em diárias sem comprovação, informamos que os devidos comprovantes foram encaminhados pro meio do ofício nº125/2006/SBF/MMA.</p> <p>Os boletos de recolhimento dos valores devidos foram encaminhados por meio do ofício nº125/2006/SBF/MMA.</p>

**10) Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades em que o dano foi imediatamente ressarcido sem instauração de TCE.**

Não se aplica